

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – UBERLÂNDIA/MG

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2026	A sessão pública será realizada na data e horário definidos no aviso/extrato do edital, no sítio: https://www.gov.br/compras/pt-br		
OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de Receptores GNSS RTK de categoria profissional, em atendimento à Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.			
Valor estimado			
R\$ 181.520,00 (cento e oitenta e um mil, quinhentos e vinte reais).			
Número da compra	Forma de Adjudicação	Licitação exclusiva para ME/EPP	Reserva de cota para ME/EPP
90095/2026	Global	Não	Não
Modo de disputa	Critério de julgamento	Registro de preços	Vistoria/visita técnica
Aberto	Menor preço	Não	Não
Amostra/Demonstração	Dedicação exclusiva de mão de obra	Garantia de execução	Instrumento contratual
Não	Não	Não	Termo de Contrato
Documentos de habilitação (ver apêndice do termo de referência)			
O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do Termo de Referência acima indicada.			
Pedidos de esclarecimentos ou impugnações			
Até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, pelo e-mail: licitacao@dmae.mg.gov.br			
Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do DMAE - Uberlândia pelo endereço https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras , selecionando a Unidade Compradora nº "926287".			
O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Compras.gov.br, e, também, o processo administrativo na íntegra poderá ser acessado no Portal de Transparência do Município de Uberlândia: https://www.uberlandia.mg.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes-e-contratos/			

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – UBERLÂNDIA/MG

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2026

(Processo Administrativo nº 277/2026 - Lei Federal nº 14.133/2021)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO “MENOR PREÇO - GLOBAL”

PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA

O **Diretor-Geral do Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE**, no uso de suas atribuições legais, por delegação de poderes na forma do Decreto s/nº publicado no DOM nº 7060 de 10 de março de 2025 e pelo Decreto nº 21.567 de 1º de janeiro de 2025 e posteriores alterações, torna público que, por meio da Diretoria de Suprimentos, sediada na Avenida Rondon Pacheco, nº 6.400, bairro Tibery, CEP 38.405-142, Uberlândia/MG, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 20.154, de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, sendo a sessão pública realizada na data e horário definidos no aviso/extrato do edital.

1 - DO OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de Receptores GNSS RTK de categoria profissional, em atendimento à Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 – O valor global estimado é de R\$ 181.520,00 (cento e oitenta e um mil, quinhentos e vinte reais), conforme requisição nº 1838/2026.

1.3 - DOS ITENS/GRUPOS E NÃO EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123/2006

1.3.1 - A licitação será realizada em único item.

1.3.2 - A licitação é destinada à ampla concorrência.

1.4 - PREVALÊNCIA DO TERMO DE REFERÊNCIA: A descrição detalhada do objeto consta no Termo de Referência (Anexo 02) que deve ser analisada cuidadosamente pelas participantes da licitação, sendo que, em caso de divergência, com a especificação divulgada pelo site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, prevalecerá a descrição do Termo de Referência para efetivação da contratação.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1 - Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item 2.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 - A não observância do disposto no item 2.3 poderá ensejar sua desclassificação no momento da habilitação.

2.5 - No caso de itens ou grupos destinados à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caso permitida sua participação, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

2.6.1 - Nos termos do art. 4º, §§1º e 2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para os itens cujo valor estimado por 1 (um) ano for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, não será aplicado o tratamento diferenciado previsto nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

2.7 - Quando permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, deverão ser observadas as normas previstas no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021 e as exigências de habilitação específicas elencadas no Termo de Referência e seus anexos.

2.8 - Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1 - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista

ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.4.1 - Entende-se por impossibilitada de participar da licitação a empresa impedida de licitar/contratar com o Município de Uberlândia e/ou declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública.

2.8.5 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8 - Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.9 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.10 - pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.8.11 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.9 - O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12 - O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.14 - A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3 - Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4 - Caso permitida sua participação, o licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (quando permitida sua participação) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1 - No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, quando permitida sua participação.

3.6 - A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1 - A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2 - Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1 - Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2 - Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 - Valor unitário e valor total do(s) item(ns).

4.1.1.1 - A proposta inicial, bem como os lances subsequentes, quando for caso, deverão ser registrados, em moeda corrente nacional (R\$) e limitado a 02 (duas) casas decimais (R\$ XX, XX).

4.1.2 - Marca/fabricante (quando for o caso, não sendo admitida a indicação de mais de uma marca para um mesmo item);

4.1.3 - Modelo/versão (se aplicável);

4.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7 - Na licitação que envolva os serviços prestados com dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão ou locação de mão de obra para fins de enquadramento tributário, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, cumprindo a licitante a responsabilidade de elaboração da proposta com a adequada incidência da tributação aplicável.

4.8 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1 - O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.9 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9.1 - Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos neste Edital e seus anexos.

4.10 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.11 - Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.12 - Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

5 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1 - Será desclassificada a proposta que identifique o licitante nos campos de cadastramento do portal (marca, descrição, fabricante, etc.).

5.2.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6 - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7 – Será desclassificada a proposta que não atender ao critério de julgamento definido no edital.

5.8 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.9 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.10 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

5.11 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.12- O modo de disputa adotado será o “aberto”.

5.12.1- O modo de disputa será aberto por proporcionar plena ciência do preço estimado aos licitantes e permitir uma competição mais agressiva pelo menor preço.

5.13- Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

5.13.1- A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.2- A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.3- Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.4- Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.5- Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14 - Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1 - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2 - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3 - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4 - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1 - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2 - Empresas brasileiras;

5.21.2.3 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e constará na Ata de Encerramento que integrará os autos do processo licitatório.

5.22.4 - O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo a ser definido pelo pregoeiro, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5 - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6 - DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 5.5 do edital, especialmente quanto à

existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.1 - Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

6.3.1 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2 - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º), sem prejuízo do procedimento de desconsideração da personalidade jurídica indireta prevista no art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021 e no art. 166 do Decreto Municipal nº 20.154/2023.

6.3.3 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 2.6 deste edital.

6.6 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7 - Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, a informação dos acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho utilizadas no cálculo do valor estimado pela Administração estão indicadas nas planilhas de custos e formação de preços que integram o edital como anexo.

6.7.1 - O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

6.8 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1 - Contiver vícios insanáveis;

6.8.2 - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.8.3 - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.3.1 - Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão

6.8.4 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.9.1 - A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.9.1.1 - Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.9.1.2 - Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.10 - Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.10.1 - Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.10.2 - No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.10.3 - No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.10.4 - Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.11 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.12 - Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12.1 - Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12.2 - Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.12.3 - Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.12.4 - Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.12.5 - Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.13 - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.13.1 - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.13.2 - Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.15 – Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.16 - Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16.1 - Caso o Termo de Referência exija a apresentação de documentação anexa à amostra, esta deverá ser encaminhada juntamente com a amostra.

6.16.2 - Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.16.3 - É facultada prorrogação do prazo estabelecido no Termo de Referência para a apresentação de amostra, a partir de solicitação fundamentada por escrito pelo interessado, antes de findo o prazo

6.16.4 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16.5 - No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.16.6 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.16.7 - Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras reprovadas deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.16.8 - Caso a amostra apresentada se enquadre aos padrões objetivamente estabelecidos no Termo de Referência e demais análises da Diretoria Requisitante a mesma será APROVADA e o solicitante será sumariamente classificado para aquele item.

6.16.9 - Ao fim, a Sessão Pública para análise das amostras será lavrada em Ata, que será publicada no sítio do DMAE, autuada no processo.

6.17 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 - Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.1.1 - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2 - Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3 - Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4 - Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado, observada as condições específicas definidas no Termo de Referência.

7.5 - Os documentos exigidos para fins de habilitação serão anexados no sistema em campo próprio.

7.6 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7 - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8 - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9 - O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10 – Caso tenha sido definido no Termo de Referência, a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.10.1 - O licitante que optar por realizar vistoria prévia deverá promover AGENDAMENTO, observando as condições fixadas no Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.10.2 - Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.11 - A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.11.1 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.12 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.12.1 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.13 - A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13.1 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo a ser definido pelo pregoeiro, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13.2 - Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.14 - A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14.1 - Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14.2 - Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.15 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.15.1 - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.15.2 - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.16 - Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.

7.18 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.20 - Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8 - DOS RECURSOS

8.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1 - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2 - o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3 - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4 - na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.4.1 - Serão desconsiderados pelo Pregoeiro os recursos interpostos fora do sistema eletrônico ComprasGov.

8.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo,

encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.uberlandia.mg.gov.br.

9 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 - Os licitantes ou contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos, sem prejuízo das demais responsabilidades, às sanções dispostas na referida norma federal e de acordo com o procedimento definido no Capítulo XIV na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e suas alterações, e expostas no Decreto Municipal nº 20.154, de 01 de fevereiro de 2023.

9.2 - Na aplicação das sanções, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a natureza e a gravidade da infração, os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários, a vantagem auferida em virtude da infração, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.

9.3 - A cobrança de eventual valor referente às multas aplicadas será realizada nos termos do artigo 136 e seguintes do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

9.4 - A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

9.5 - A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

9.6 - As sanções serão informadas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, ou outro que vier a substituí-lo

9.7 - Durante o processo administrativo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e suas alterações, como ato lesivo contra a administração pública, cópias necessárias à apuração da responsabilidade deverão ser remetidas à Controladoria Geral do Município, com despacho

fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10 - DA FISCALIZAÇÃO

10.1 - Atendendo às exigências contidas no artigo 8, §3º da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e suas alterações, a fiscalização e o gerenciamento da relação jurídica observarão o disposto no Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

10.2 - Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o Fiscal de Contrato ou a Comissão de Fiscalização de Contrato, conforme o caso, dará ciência à Contratada para adoção das providências necessárias para sanar os vícios, defeitos e/ou incorreções verificadas, como medidas administrativas iniciais.

10.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

10.4 - O Contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da Contratada.

10.5 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal de Contrato ou da Comissão de Fiscalização de Contrato, conforme o caso, serão encaminhadas ao Gestor de Contrato para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no inciso XVI do artigo 23 do Decreto Municipal nº 20.154 de 2023 e suas alterações.

10.6 - Caberá ao Gestor de Contrato o controle administrativo/financeiro necessário ao pleno cumprimento da contratação.

10.7 - Maiores deliberações acerca da fiscalização contratual estarão previstas no Termo de Referência.

11 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 - O pregoeiro declarará a vencedora por meio de relatório final, seguindo os autos posteriormente para a necessária adjudicação e homologação por parte do Ordenador de Despesas.

11.2 - A Licitante vencedora, após a homologação, conforme disposições contratuais consubstanciadas no Termo de Referência, será convocada para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 10 (dez) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável.

11.2.1 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo órgão contratante.

11.2.2 - Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os

licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

12 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3 - A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacao@dmae.mg.gov.br.

12.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as dos anexos.

13.10 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e www.uberlandia.mg.gov.br.

13.11 - Os endereços de e-mail informados na proposta comercial bem como os cadastrados no SICAF, serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente encaminhadas.

13.12 - Reputa-se como entregue e recebido, e-mail que não retornar com mensagem de erro.

13.13 - A empresa deverá incluir os domínios @uberlandia.mg.gov.br e @dmae.mg.gov.br na sua lista de e-mail confiáveis como forma de evitar que as comunicações sejam consideradas SPAM ou Lixo Eletrônico.

13.14 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO 01 – Estudo Técnico Preliminar

Apêndice I – Evidências Da Pesquisa De Mercado

ANEXO 02 – Termo de Referência

Apêndice I – Termo De Ciência E Concordância

Apêndice II – Estudo De Alocação De Riscos

Apêndice III – Imagens De Referência

ANEXO 03 – Relatório de Pesquisa de Preços

ANEXO 04 – Modelo de Proposta Comercial

ANEXO 05 – Minuta de Contrato

Uberlândia, data da assinatura eletrônica.

Nome Arquivo: 1 EDITAL PE 095.2026 - RECEPTORES GNSS RTK.pdf

Documento assinado de forma digital por Luiz Henrique Ferreira de Athaydes

Certificado: **IBljANBg***wT9k79p/**/0qXI*****DAQAB**

Data: 09/06/2026 15:27:49

Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda

Certificado: **IBljANBg***vAxhEfr1**15B/J*****DAQAB**

Data: 09/06/2026 16:55:04



20261378577PA/PAG

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ÍNDICE

1.	Problema a ser resolvido e solução através da aquisição:	3
2.	Previsão no Plano de Contratações Anual:	4
3.	Requisitos da Contratação:	4
3.1.	Requisitos indispensáveis para atendimento da necessidade	4
3.2.	Padrões mínimos de qualidade do objeto	5
3.2.1.	Especificações técnicas mínimas – Receptores GNSS RTK	5
3.2.2.	Especificações técnicas mínimas – Software de campo	7
3.2.3.	Especificações técnicas mínimas – Software de escritório / pós-processamento	7
3.2.4.	Especificações técnicas mínimas – Coletor de dados	8
3.2.5.	Requisitos mínimos de fornecimento – Solução completa e operacional	8
3.2.6.	Curso de capacitação	8
3.3.	Maturidade tecnológica e confiabilidade do ecossistema	9
3.4.	Natureza do fornecimento	10
3.5.	Disponibilidade da solução e duração contratual	10
4.	Quantidades:	10
5.	Levantamento de Mercado, Alternativas e Escolha da Solução:	11
5.1.	Alternativas consideradas (visão geral)	11
5.1.1.	Análise comparativa das alternativas	12
5.1.2.	Encaminhamento para análise de mercado (modelos) e solução preliminar	13
5.2.	Prospecção de modelos e análise comparativa	13
6.	Estimativa do Valor e Publicidade do Orçamento:	15
7.	Descrição do Restante da Solução, Manutenção e Assistência Técnica:	16

8.	Justificativa para Parcelamento ou Adjudicação Conjunta:.....	17
9.	Contratações Correlatas ou Interdependentes:	18
10.	Demonstrativo dos Resultados Pretendidos.....	18
11.	Providências a Serem Adotadas para a Contratação e Execução:.....	19
12.	Possíveis Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras:.....	20
13.	Análise Preliminar de Riscos	20
14.	Justificativa em cumprimento ao art. 18, §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021	21
15.	Posicionamento Conclusivo:	22

INFORMAÇÕES GERAIS

Departamento Municipal de Água e Esgoto:

Área solicitante: Núcleo de Cadastro Técnico dos Sistemas de Saneamento.

Equipe responsável pela elaboração:

- Matheus Alexandre Segate Freitas
- Nicholas Lino Vieira Mota

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

1. Problema a ser resolvido e solução através da aquisição:

O Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), por meio do Núcleo de Cadastro Técnico dos Sistemas de Saneamento, executa rotineiramente levantamentos topográficos e cadastrais para atualização de redes de água e esgoto, conferência de projetos, fiscalização de obras, regularização de ligações, instrução de processos administrativos e suporte às demais diretorias técnicas da Autarquia. Essas atividades exigem posicionamento geoespacial com precisão compatível com as rotinas de engenharia e cadastro técnico, além de agilidade na coleta e confiabilidade dos dados obtidos em campo.

Atualmente, o setor dispõe de receptor GNSS para execução dessas atividades. Contudo, o equipamento em uso apresenta limitações técnicas decorrentes de sua defasagem tecnológica, como menor velocidade de inicialização e fixação de solução, dificuldade de rastreamento em áreas com obstrução parcial de sinal (ambientes urbanos adensados, proximidade de edificações, vegetação ou estruturas metálicas) e instabilidade em situações que exigem maior sensibilidade de recepção. Essas limitações impactam diretamente a produtividade da equipe e aumentam o tempo necessário para execução dos levantamentos.

Além da redução de rendimento, as restrições técnicas do equipamento atual elevam o risco de inconsistências na coleta de dados, especialmente em áreas críticas ou de difícil recepção de sinal. Em determinadas situações, há necessidade de repetição de medições ou retorno ao local para complementação de informações, o que gera retrabalho, maior mobilização de equipe e atraso na entrega de produtos técnicos.

Considerando o aumento da demanda por levantamentos mais detalhados e a necessidade de maior confiabilidade nas informações georreferenciadas que alimentam os sistemas CAD e SIG utilizados pelo DMAE, torna-se necessária a atualização tecnológica do parque de equipamentos do setor.

A aquisição de receptor GNSS RTK com tecnologia atual, incluindo rastreamento multiconstelação, maior sensibilidade de recepção, conectividade via rede móvel (NTRIP) e compensação de inclinação (IMU ou tecnologia equivalente), apresenta-se como solução adequada para superar as limitações identificadas. Equipamentos com essas características permitem medições mais rápidas e estáveis, inclusive em ambientes com obstruções parciais, reduzindo o tempo de

permanência em campo e aumentando a confiabilidade dos dados coletados.

Ressalta-se que a atualização do equipamento não altera a metodologia técnica adotada pelo setor, mas aprimora sua execução. O novo receptor permitirá maior produtividade, melhor desempenho em áreas urbanas complexas e maior precisão nas coordenadas obtidas, fortalecendo a base cadastral e dando suporte mais consistente às decisões técnicas relacionadas à operação, manutenção e expansão dos sistemas públicos de saneamento.

A solução deverá compreender o fornecimento completo do sistema GNSS RTK, incluindo receptor, coletora de dados, acessórios indispensáveis à operação contínua em campo e demais componentes necessários ao uso regular do equipamento, conforme requisitos e especificações definidos neste Estudo.

2. Previsão no Plano de Contratações Anual:

A presente aquisição não consta no Plano de Contratações Anual (PCA) do DMAE, motivo pelo qual sua inclusão será formalizada nos autos, com a devida aprovação da autoridade competente.

A contratação possui caráter pontual e decorre da identificação de limitação operacional nos equipamentos atualmente disponíveis para execução de levantamentos topográficos e cadastrais no âmbito do Núcleo de Cadastro Técnico dos Sistemas de Saneamento. Trata-se de bem permanente, com vida útil extensa e cuja reposição não ocorre de forma periódica ou anual.

A necessidade foi constatada a partir do aumento da demanda por levantamentos georreferenciados e da exigência de maior precisão e confiabilidade nas informações produzidas, o que evidenciou a insuficiência da estrutura tecnológica atualmente disponível.

Dessa forma, justifica-se a ausência de previsão prévia no PCA, considerando que a contratação atende necessidade superveniente identificada no curso das atividades técnicas da Autarquia, contribuindo para a melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços prestados.

3. Requisitos da Contratação:

3.1. Requisitos indispensáveis para atendimento da necessidade

A solução a ser contratada deverá consistir no fornecimento de receptores GNSS com tecnologia RTK integrada, aptos à execução de levantamentos topográficos e cadastrais com precisão compatível com as rotinas do Núcleo de Cadastro Técnico dos Sistemas de Saneamento, incluindo atividades de fiscalização, conferência de projetos, locações e atualização de redes georreferenciadas.

Os equipamentos deverão ser capazes de operar de forma confiável em ambientes urbanos e periurbanos, com presença de edificações, vegetação, estruturas metálicas e demais elementos que possam causar obstruções parciais de sinal, assegurando estabilidade na fixação RTK, produtividade em campo e consistência das coordenadas obtidas.

Para tanto, a solução deverá permitir:

- Operação em modo RTK com correções em tempo real via rede (NTRIP) e/ou por meio de base própria compatível;

- Registro de dados GNSS brutos para pós-processamento, quando necessário, preservando rastreabilidade e possibilidade de conferência técnica das medições realizadas.

A contratação deverá contemplar o fornecimento de solução completa e operacional, incluindo receptores, coletora, softwares compatíveis e os acessórios indispensáveis ao funcionamento regular em campo. O objetivo é assegurar que os equipamentos sejam entregues em condições de uso imediato, evitando incompatibilidades entre componentes e reduzindo o risco de fornecimento incompleto.

A solução deverá garantir integração com os fluxos de trabalho já adotados pelo setor, possibilitando exportação de dados em formatos compatíveis com os sistemas CAD e SIG utilizados pela Autarquia, preservando integridade geométrica, organização das informações e rastreabilidade dos dados coletados.

Também deverão ser asseguradas condições mínimas de garantia e suporte técnico compatíveis com a natureza do objeto, com atendimento em território nacional e compromisso de manutenção corretiva durante o período de garantia, de modo a reduzir eventuais períodos de indisponibilidade.

Por fim, deverá ser incluído treinamento para operação dos equipamentos e utilização dos softwares fornecidos, de forma a assegurar correta aplicação da tecnologia adquirida e autonomia técnica da equipe.

3.2. Padrões mínimos de qualidade do objeto

Para que a solução atenda de forma efetiva às necessidades técnicas da Administração, deverão ser observados padrões mínimos de qualidade relacionados ao desempenho geodésico, precisão posicional, estabilidade de fixação RTK, robustez construtiva, interoperabilidade de dados, autonomia operacional, bem como à garantia, suporte técnico e continuidade de fornecimento de acessórios essenciais (baterias, carregadores, bastões, suportes e demais componentes).

Sem indicação de marca de forma restritiva, admite-se o uso de modelo de referência apenas como parâmetro de classe tecnológica e desempenho, desde que o equipamento ofertado comprove atendimento integral aos requisitos mínimos aqui estabelecidos.

Os requisitos a seguir têm por finalidade assegurar que os receptores GNSS RTK fornecidos sejam compatíveis com a realidade operacional do DMAE, especialmente em ambientes urbanos com obstruções parciais de sinal, e permitam medições confiáveis, rastreáveis e aptas a subsidiar atividades técnicas de cadastro, fiscalização e planejamento.

A solução deverá contemplar dois receptores GNSS RTK destinados à operação em configuração base e rover, na qual um receptor permanece estacionado como estação base para transmissão das correções GNSS, enquanto o segundo receptor opera como rover para coleta de dados em campo.

3.2.1. Especificações técnicas mínimas – Receptores GNSS RTK

Os receptores GNSS deverão atender, no mínimo, às seguintes especificações técnicas:

a) Rastreamento e constelações

- Capacidade de rastreamento simultâneo das constelações GPS, GLONASS, Galileo e BeiDou, admitindo-se também suporte a QZSS e NavIC;
- Mínimo de 555 canais GNSS para rastreamento simultâneo multiconstelação e multifrequência;
- Compatibilidade com sinais GNSS modernos, assegurando operação em ambientes com obstrução parcial de satélites.

b) Taxa de atualização e rastreio

- Taxa mínima de atualização de posição de 10 Hz;
- Capacidade de atualização configurável até 20 Hz ou superior.

c) Precisão mínima em modo RTK

- Horizontal: $\leq 8 \text{ mm} + 1 \text{ ppm (RMS)}$;
- Vertical: $\leq 15 \text{ mm} + 1 \text{ ppm (RMS)}$;

Os valores deverão ser comprovados por documentação técnica oficial do fabricante.

d) Precisão em pós-processamento estático

- Horizontal: $\leq 3 \text{ mm} + 0,1 \text{ ppm (RMS)}$;
- Vertical: $\leq 3,5 \text{ mm} + 0,4 \text{ ppm (RMS)}$.

Os valores deverão ser comprovados por documentação técnica oficial do fabricante.

e) Modos de operação

- Operação em modo RTK via rede (NTRIP) mediante conexão de dados móveis compatível;
- Operação em modo base e rover por meio de rádio UHF integrado ao receptor ou por módulo de rádio compatível;
- A comunicação por rádio UHF deverá utilizar antena externa removível, conectada ao receptor por conector físico apropriado (ex.: TNC, SMA ou equivalente técnico), permitindo substituição da antena em caso de dano ou desgaste;
- O receptor deverá possuir interface física compatível para conexão da antena de rádio UHF, garantindo fixação segura e adequada para uso em campo;
- O rádio UHF deverá possuir homologação válida junto à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, conforme regulamentação brasileira de telecomunicações;
- Capacidade de registro de dados GNSS brutos para pós-processamento em formato RINEX ou equivalente aberto.

f) Compensação de inclinação

- Sistema de compensação de inclinação baseado em IMU integrada;
- Operação sem necessidade de calibração manual recorrente;

- Tolerância mínima de inclinação de 30°;
- Precisão de compensação de inclinação:
 - 8 mm + 0,7 mm/° ou melhor;
- A tecnologia de compensação deverá ser imune ou resistente a interferências magnéticas.

g) Robustez e proteção

- Grau de proteção mínimo IP67 ou superior contra água e poeira;
- Resistência a quedas de, no mínimo, 2 metros em superfície rígida.

h) Comunicação e interfaces

- Comunicação via Bluetooth e Wi-Fi integrados;
- Porta USB para transferência de dados;
- Capacidade de integração com coletor de dados compatível.

i) Autonomia

- Autonomia mínima de 10 horas de operação contínua em modo rover;
- Baterias removíveis, permitindo substituição em campo.

3.2.2. Especificações técnicas mínimas – Software de campo

A solução deverá incluir licença de software de campo compatível com sistema Android ou Windows, apto a operar com os receptores fornecidos.

O software deverá permitir, no mínimo:

- Levantamentos RTK em tempo real;
- Levantamentos estáticos e estático-rápido;
- Locação de pontos, linhas e superfícies;
- Criação de códigos e organização de camadas;
- Exportação de dados em formatos compatíveis com CAD e SIG (CSV, DXF, SHP, RINEX ou equivalentes);
- Configuração de conexão NTRIP;
- Geração de relatórios simples de levantamento.

Deverá ser assegurada licença perpétua e regular de uso, bem como suporte técnico durante o período de garantia.

3.2.3. Especificações técnicas mínimas – Software de escritório / pós-processamento

Deverá ser fornecida solução de software de escritório para processamento GNSS, com capacidade mínima para:

- Processamento de linhas de base GNSS;
- Ajuste de redes geodésicas;

- Conversão e transformação de sistemas de coordenadas;
- Importação e exportação de arquivos RINEX;
- Geração de relatórios técnicos com parâmetros de qualidade e precisão.

A licença deve ser perpétua e compatível com a finalidade da contratação e devidamente especificada na proposta.

3.2.4. Especificações técnicas mínimas – Coletor de dados

Deverá ser fornecido coletor compatível com as seguintes características mínimas:

- Sistema operacional Android ou Windows;
- Tela sensível ao toque de alta visibilidade para uso externo;
- Grau de proteção mínimo IP65;
- Armazenamento interno mínimo de 64 GB;
- Memória RAM mínima de 4 GB;
- Autonomia mínima de 12 horas;
- Conectividade Bluetooth e/ou Wi-Fi;
- Suporte de fixação ao bastão.

3.2.5. Requisitos mínimos de fornecimento – Solução completa e operacional

Como padrão mínimo de qualidade do fornecimento, a solução deverá ser entregue de forma completa e integrada, incluindo, no mínimo:

- 02 (dois) receptores GNSS RTK;
- 02 (duas) antenas destinadas a comunicação de rádio UHF;
- 01 (um) coletor de dados;
- Baterias suficientes para operação contínua em campo, incluindo unidades adicionais para rodízio;
- Carregadores compatíveis;
- Bastões de fibra de carbono (aprox. 2 m);
- Tripé de alumínio para uso como base;
- Conjunto composto por base nivelante (tribrach) e adaptador compatível para fixação ao tripé;
- Suportes e engates para fixação da coletora de dados;
- Mala ou case de transporte adequado;
- Cabos e acessórios necessários ao funcionamento regular;
- Manual do usuário em português ou inglês.

A definição de solução completa busca evitar fornecimento fragmentado ou incompatível entre componentes, assegurando uso imediato após entrega.

3.2.6. Curso de capacitação

Deverá ser fornecido treinamento teórico e prático abrangendo, no mínimo:

- Configuração de base e rover;

- Configuração de conexão RTK via NTRIP;
- Uso da compensação de inclinação (IMU);
- Execução de levantamentos e locações;
- Exportação e organização de dados;
- Processamento básico em software de escritório;
- Boas práticas de uso, armazenamento e manutenção preventiva.

O treinamento deve ser presencial e assegurar a capacitação adequada da equipe.

3.3. Maturidade tecnológica e confiabilidade do ecossistema

Justifica-se a exigência de maturidade tecnológica e confiabilidade do ecossistema (receptores GNSS + software de campo + software de escritório) em razão da necessidade de garantir desempenho consistente em medições geodésicas, estabilidade de fixação RTK, disponibilidade operacional contínua e integridade dos dados produzidos. Trata-se de critério técnico objetivo, voltado à redução de riscos de falhas, retrabalho, incompatibilidades e paralisações das atividades de campo, sem indicação restritiva de marca.

Considerando que os equipamentos serão utilizados em atividades de natureza técnica e institucional, com impacto direto sobre o cadastro georreferenciado da Autarquia, é indispensável que o conjunto ofertado possua histórico de utilização consolidado no mercado profissional de topografia e geodésia, assegurando confiabilidade operacional e continuidade de suporte.

Para atendimento a esse padrão mínimo de qualidade:

a) A solução ofertada deverá integrar linha ou categoria profissional consolidada do fabricante, pertencente a plataforma ou família de equipamentos GNSS com histórico comprovável de uso em aplicações de levantamento topográfico, geodésico ou cadastral, não sendo admitidos equipamentos de uso recreativo, experimental ou sem consolidação comercial.

b) O ecossistema ofertado (hardware e softwares associados) deverá possuir documentação técnica oficial suficiente, incluindo manuais, fichas técnicas e especificações detalhadas publicamente disponíveis, de modo a permitir verificação objetiva das características declaradas.

c) Deverá haver evidência de disponibilidade de suporte técnico e atualização de software, admitida comprovação por meios idôneos e rastreáveis, tais como canais oficiais de atendimento, representante nacional, assistência técnica autorizada ou documentação formal do fabricante.

d) A solução deverá assegurar compatibilidade contínua entre receptor, software de campo e software de escritório, evitando dependência de integrações experimentais ou não homologadas que possam comprometer a estabilidade do sistema ao longo do tempo.

Nos casos em que o modelo ofertado não possua histórico amplamente consolidado de utilização em aplicações profissionais equivalentes aos modelos de referência considerados no levantamento de mercado deste Estudo Técnico Preliminar, a Administração **poderá** exigir comprovação adicional de desempenho técnico. Essa comprovação poderá ser realizada por meio de certificação, relatório de ensaio ou declaração técnica rastreável emitida pelo fabricante ou por entidade competente, demonstrando que os parâmetros de precisão e desempenho declarados foram testados segundo metodologia reconhecida internacionalmente, como a norma ISO 17123-8.

A exigência de maturidade tecnológica não tem caráter restritivo, mas visa assegurar que os equipamentos adquiridos mantenham desempenho adequado durante sua vida útil, reduzindo risco de obsolescência precoce e garantindo suporte técnico compatível com a criticidade das atividades desempenhadas pelo setor.

3.4. Natureza do fornecimento

O objeto caracteriza-se como aquisição não continuada, por se tratar de fornecimento de bem permanente e com escopo definido, cujo atendimento se exaure com a entrega e o recebimento do conjunto e dos itens previstos. Ainda que exista necessidade de suporte, garantia e assistência técnica durante o período contratual e/ou de garantia do fabricante, isso não configura fornecimento contínuo, mas obrigação acessória vinculada ao fornecimento do bem adquirido.

3.5. Disponibilidade da solução e duração contratual

A contratação caracteriza-se como aquisição por escopo (não continuada), devendo a solução permanecer disponível à Administração pelo prazo necessário à entrega integral do conjunto, realização do treinamento e verificação documental de conformidade técnica do objeto, incluindo comprovações mínimas de atendimento às especificações e entrega dos componentes e acessórios previstos. Assim, o prazo de vigência contratual deverá ser suficiente para assegurar a conclusão do fornecimento e das obrigações associadas, nos termos do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4. Quantidades:

As quantidades foram definidas a partir da estrutura operacional atual, do volume de levantamentos topográficos e cadastrais executados pelo Núcleo de Cadastro Técnico dos Sistemas de Saneamento e, principalmente, da necessidade de modernização tecnológica dos equipamentos utilizados para coleta de dados geoespaciais em campo.

Os levantamentos realizados pelo setor são utilizados para cadastramento de redes de água e esgoto, atualização do banco de dados georreferenciado da Autarquia, apoio à fiscalização de obras, conferência de projetos, locação de estruturas e geração de informações técnicas para planejamento e tomada de decisão. Essas atividades exigem medições com precisão compatível com padrões técnicos de topografia e geodésia, bem como equipamentos capazes de operar de forma estável em ambientes urbanos com obstruções parciais de sinal.

Considerando o caráter de bem permanente e compartilhado entre as atividades do setor, definiu-se a aquisição de um conjunto completo de equipamentos GNSS RTK, capaz de atender às rotinas de levantamento e ampliar a autonomia técnica da equipe responsável pelas medições de campo.

A contratação será estruturada como fornecimento de solução completa, integrada e pronta para uso, composta por receptores GNSS RTK, coletora de dados, softwares e acessórios necessários ao funcionamento regular do sistema em campo. Essa abordagem evita a aquisição fragmentada de componentes que, embora disponíveis de forma avulsa no mercado, precisam ser tecnicamente compatíveis entre si e com o ecossistema ofertado (receptor, software de campo, comunicação RTK, acessórios de fixação, baterias e carregamento).

A adoção de solução integrada também preserva a coerência técnica do conjunto para fins de

treinamento, garantia, suporte e responsabilização do fornecedor, reduzindo o risco de fornecimento incompleto ou incompatível, bem como situações em que a Administração tenha que gerenciar compatibilidade entre equipamentos de origens distintas.

Dessa forma, serão adquiridos os seguintes componentes, nas quantidades indicadas (mantidas as especificações técnicas estabelecidas no item de requisitos deste Estudo):

- Receptores GNSS RTK: **02 (duas)** unidades;
 - Um receptor GNSS RTK destinado à operação como estação base;
 - Um receptor GNSS RTK destinado à operação como rover;
- Antenas para a comunicação por rádio UHF: **02 (duas)** unidades;
- Licença de software de campo compatível com os receptores: **01 (uma)** unidade;
- Licença de software de escritório para processamento de dados GNSS: **01 (uma)** unidade;
- Coletora de dados compatível com o sistema: **01 (uma)** unidade;
- Bastão de fibra de carbono para levantamentos topográficos: **01(uma)** unidade;
- Suporte e engate para fixação da coletora de dados ao bastão (inteiriço ou conjunto modular): **01 (uma)** unidade;
- Baterias recarregáveis compatíveis com os receptores: **06 (seis)** unidades;
- Carregadores de bateria compatíveis: **02 (duas)** unidades;
- Tripé de alumínio para utilização em configuração de base: **01 (uma)** unidade;
- Conjunto composto por base nivelante (tribrach) e adaptador compatível para fixação ao tripé: **01(uma)** unidade;
- Mini bastão: **01 (uma)** unidade;
- Maleta(s) ou case(s) de transporte: no **mínimo 01 (uma)** unidade, devendo permitir o armazenamento e transporte seguro de todos os receptores e acessórios fornecidos.

O dimensionamento dos acessórios operacionais considera a necessidade de garantir continuidade das medições em campo, permitindo substituição de baterias durante a jornada de trabalho e assegurando autonomia suficiente para execução das atividades sem interrupções decorrentes de recarga ou indisponibilidade de equipamentos.

Além disso, a inclusão de bastões, suportes e tripé é necessária para possibilitar diferentes configurações de operação do sistema GNSS, incluindo medições em modo rover e configuração de base quando necessário, garantindo flexibilidade operacional e adequada adaptação às diferentes situações encontradas em campo.

O fornecimento em solução completa assegura que os equipamentos possam ser utilizados imediatamente após a entrega, com todos os componentes necessários à operação regular, evitando paralisações, retrabalho ou necessidade de aquisições complementares para viabilizar o uso do sistema.

PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

5. Levantamento de Mercado, Alternativas e Escolha da Solução:

5.1. Alternativas consideradas (visão geral)

Para atendimento da necessidade identificada, foram consideradas três alternativas principais: **(a)** locação de receptores GNSS RTK, **(b)** contratação de serviços especializados de levantamento topográfico e georreferenciamento, e **(c)** aquisição de receptores GNSS RTK (bem permanente), acompanhados de software e acessórios necessários à operação em campo.

5.1.1. Análise comparativa das alternativas

a) Locação de receptores GNSS RTK

A locação de equipamentos GNSS RTK pode atender demandas pontuais ou de curta duração. Entretanto, apresenta limitações relevantes quando considerada para atendimento contínuo das rotinas operacionais do setor.

Esse modelo depende da disponibilidade do fornecedor, dos prazos de retirada e devolução dos equipamentos e das condições do conjunto disponibilizado para uso. Além disso, a eventual alternância entre diferentes modelos ou configurações de receptores pode comprometer a padronização das rotinas de levantamento e exigir adaptações frequentes por parte da equipe responsável.

Outro fator relevante é que equipamentos locados podem apresentar diferenças de interface, software de campo, protocolos de comunicação e acessórios operacionais, o que pode gerar incompatibilidades ou necessidade de ajustes a cada utilização.

Em cenário de utilização recorrente — como ocorre nas atividades do Núcleo de Cadastro Técnico dos Sistemas de Saneamento — a locação tende a gerar custo acumulado ao longo do tempo sem formação de patrimônio, além de manter dependência externa para realização de atividades essenciais.

b) Contratação de serviços especializados de levantamento topográfico

A contratação de empresas especializadas em levantamento topográfico ou georreferenciamento permite a execução das medições por equipe externa e entrega de produtos técnicos processados, tais como plantas, relatórios e arquivos georreferenciados.

Contudo, essa alternativa implica dependência da disponibilidade da empresa contratada, mobilização de equipe externa e cumprimento de cronogramas definidos pelo prestador de serviço. Em demandas rotineiras ou emergenciais — como verificações de campo, conferência de obras, atualizações cadastrais ou levantamentos pontuais — essa dependência pode reduzir a agilidade de resposta da Administração.

Além disso, a contratação de serviços especializados exige maior esforço de gestão e fiscalização contratual, incluindo definição prévia de escopo, verificação metodológica dos levantamentos, conferência da qualidade dos dados entregues e validação das medições realizadas.

Importante destacar que essa alternativa não elimina a necessidade de capacidade técnica interna para verificação e auditoria dos dados apresentados por terceiros. Em diversas situações, especialmente em atividades de fiscalização e acompanhamento de obras, a Administração precisa realizar medições próprias para confrontar informações ou produzir registros técnicos independentes.

c) Aquisição de receptores GNSS RTK (bem permanente)

A aquisição de receptores GNSS RTK permite internalizar a capacidade técnica de realização de levantamentos topográficos e georreferenciados, assegurando disponibilidade imediata dos equipamentos para atendimento das demandas da Administração.

Com equipamentos próprios, o setor responsável passa a ter maior autonomia para execução de levantamentos, permitindo atuação contínua em atividades de cadastramento de redes, atualização de banco de dados geoespacial, fiscalização de obras, locação de estruturas e apoio técnico às demais áreas da Autarquia.

A utilização de equipamentos padronizados também contribui para a uniformização das rotinas de levantamento, organização dos dados coletados e maior rastreabilidade das medições realizadas.

Além disso, a aquisição reduz dependência de fornecedores externos para execução de atividades rotineiras e fortalece o controle técnico das informações geoespaciais produzidas pela Autarquia, permitindo a geração de dados próprios que podem ser utilizados tanto para planejamento quanto para verificação e contraprova técnica em processos administrativos e operacionais.

5.1.2. Encaminhamento para análise de mercado (modelos) e solução preliminar

Diante das alternativas analisadas, a solução preliminarmente mais aderente às necessidades identificadas é a aquisição de receptores GNSS RTK como bens permanentes, acompanhados dos softwares e acessórios necessários à operação em campo.

Essa alternativa combina maior autonomia operacional, disponibilidade imediata dos equipamentos e padronização das rotinas de levantamento, além de reduzir dependências operacionais típicas de locação ou terceirização de serviços.

5.2. Prospecção de modelos e análise comparativa

Na prospecção de mercado, foram identificadas soluções com características técnicas similares na categoria de receptores GNSS RTK de uso profissional, com capacidade de rastreamento multiconstelação, compensação de inclinação por IMU, comunicação via rede móvel (NTRIP) e operação em ambientes urbanos com obstruções parciais de sinal.

Foram considerados como referência tecnológica equipamentos amplamente utilizados em aplicações de topografia e geodésia, destacando-se os seguintes modelos: Trimble R980, Leica Viva GS18T e GeoMax Zenith 60(Grupo Hexagon).

A análise comparativa considerou fatores técnicos e operacionais diretamente relacionados ao uso institucional pretendido, com foco em:

- capacidade de rastreamento GNSS multiconstelação e número de canais disponíveis;
- precisão posicional em modo RTK (horizontal e vertical);
- desempenho e confiabilidade da compensação de inclinação por IMU;
- capacidade de comunicação e conectividade (UHF, rede móvel, Bluetooth e Wi-Fi);
- robustez construtiva e grau de proteção ambiental;
- maturidade tecnológica da plataforma e confiabilidade do ecossistema de software;
- disponibilidade de suporte técnico, peças e manutenção no mercado nacional;

Fabricante	Modelo	Constelações GNSS	Canais GNSS	Precisão RTK (H/V)	Compensação de inclinação	Incerteza com inclinação (H)	Comunicação	Proteção
Trimble	R980	GPS, GLONASS, Galileo, BeiDou, QZSS, NavIC, SBAS	~672	8 mm + 1 ppm / 15 mm + 1 ppm	IMU sem calibração, imune a interferência magnética	3 mm + 0,15 mm/° (até 40°) RMS	UHF 450/900 MHz, 4G LTE, Bluetooth, Wi-Fi	IP67
Leica	Viva GS18T	GPS, GLONASS, Galileo, BeiDou, QZSS, NavIC	~555	8 mm + 1 ppm / 15 mm + 1 ppm	IMU sem calibração, imune a interferência magnética	8 mm + 0,4 mm/° (até 30°)	UHF, 4G LTE, Bluetooth, Wi-Fi	IP68
GeoMax	Zenith 60	GPS, GLONASS, Galileo, BeiDou, QZSS, NavIC e SBAS	~555	8 mm + 1 ppm / 15 mm + 1 ppm	IMU sem calibração, imune a interferência magnética	8 mm + 0,4 mm/° (até 30°)	UHF (400 MHz), 4G LTE, Bluetooth, Wi-Fi, NFC	IP68

Com base nas informações levantadas, verificou-se que os modelos analisados apresentam convergência significativa em relação aos parâmetros fundamentais de precisão RTK, com valores típicos de 8 mm + 1 ppm na horizontal e 15 mm + 1 ppm na vertical, considerados compatíveis com a categoria de equipamentos profissionais destinados a levantamentos topográficos e cadastrais.

As diferenças observadas entre os equipamentos concentram-se principalmente em aspectos relacionados à arquitetura tecnológica dos receptores, ao número de canais GNSS disponíveis, ao comportamento da compensação de inclinação e aos recursos adicionais de comunicação e integração com plataformas de software.

Durante a prospecção de mercado, também foram identificados outros modelos com especificações relevantes sob o ponto de vista de rastreamento GNSS, comunicação e recursos de inclinação. Contudo, nem todos atenderam integralmente aos requisitos funcionais definidos para a presente contratação. Em especial, foram identificadas soluções com bateria interna/embutida, sem possibilidade de substituição rápida em campo, característica incompatível com a necessidade operacional da Administração. Por essa razão, tais modelos não foram adotados como referência tecnológica apta neste Estudo Técnico Preliminar.

De modo geral, verificou-se que os equipamentos avaliados atendem a padrões técnicos semelhantes em termos de precisão geodésica e funcionalidades essenciais para levantamentos topográficos, sendo as diferenças observadas mais relacionadas a aspectos de arquitetura tecnológica, integração com software e características específicas de cada fabricante.

Nesse contexto, os modelos analisados foram utilizados como referência de classe tecnológica, por representarem soluções amplamente utilizadas em levantamentos topográficos profissionais e possuírem características técnicas compatíveis com os requisitos definidos neste Estudo.

Ressalta-se, contudo, que a contratação não se restringe aos modelos citados, devendo ser aceitas propostas de outros fabricantes e equipamentos equivalentes ou superiores, desde que

comprovem atendimento integral aos requisitos técnicos mínimos estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar, especialmente no que se refere à precisão RTK, capacidade multiconstelação, compensação de inclinação, robustez construtiva e interoperabilidade com os fluxos de trabalho adotados pela Administração.

Adicionalmente, a Administração **poderá** solicitar documentação técnica complementar que comprove a metodologia utilizada para obtenção dos parâmetros de precisão declarados pelo fabricante, admitindo-se como referência relatórios de ensaio ou documentação técnica elaborada conforme metodologias reconhecidas internacionalmente, como a ISO 17123-8, ou padrão técnico equivalente.

6. Estimativa do Valor e Publicidade do Orçamento:

A estimativa preliminar do valor da contratação foi elaborada com base em levantamento de mercado realizado durante a etapa de prospecção de soluções tecnológicas, observando-se as diretrizes estabelecidas nos arts. 60 a 65 do Decreto Municipal nº 20.154/2023.

Para composição desta estimativa preliminar foram consideradas referências provenientes de contratações públicas recentes de equipamentos GNSS de categoria profissional, identificadas em bases oficiais de compras governamentais. Durante a pesquisa verificou-se que grande parte dos registros disponíveis apresenta descrições genéricas do objeto (como “receptor GNSS” ou “GPS geodésico”), sem identificação clara do modelo do equipamento adquirido. Em razão dessa limitação, foram utilizados como referência apenas registros nos quais foi possível identificar com segurança o modelo do equipamento e sua equivalência tecnológica com os receptores analisados neste Estudo.

As principais referências identificadas encontram-se resumidas a seguir:

ID COMPRA	Órgão	Equipamento	Marca	Quantidade	Valor Unitário
75150007000662000	UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM MINAS GERAIS	Receptor GNSS	TRIMBLE ALLOY	40	R\$ 128.000,00
92774405900162000	CENTRAL DE LICITACOES DA PREF. DE FORTALEZA	Receptor GNSS	TRIMBLE R980	1	R\$ 169.000,00

Pesquisa realizada com fornecedores

Modelo	Relação de Atendimento	Valor do Kit
Trimble R980	Atende a todos os requisitos	R\$ 123.040,00
Leica Viva GS18T	Atende a todos os requisitos	R\$ 240.000,00

**Tal estimativa não se confunde com a pesquisa formal de preços da licitação*

Além das referências obtidas em contratações públicas, foram consideradas propostas comerciais recentes para equipamentos da mesma categoria tecnológica, incluindo os modelos Trimble R980 e Leica Viva GS18T, cujos valores foram analisados em conjunto com os requisitos técnicos estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar.

A análise comparativa dessas referências indica que receptores GNSS RTK de categoria profissional, com características técnicas equivalentes às exigidas neste Estudo (multiconstelação, compensação de inclinação por IMU e precisão centimétrica em RTK), apresentam variação de preços conforme fabricante, composição do kit e condições comerciais da contratação.

Com base no conjunto das informações levantadas, incluindo contratações públicas e propostas comerciais, adotou-se como referência a média dos valores analisados, resultando em um valor estimado de R\$ 181.520,00 por conjunto de receptor GNSS RTK, considerado compatível com a categoria de equipamentos pretendida e adequado para fins de planejamento preliminar da contratação.

DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

7. Descrição do Restante da Solução, Manutenção e Assistência Técnica:

A solução consiste na aquisição de bens permanentes (receptores GNSS RTK) e dos itens necessários à sua operação regular em campo, com o objetivo de ampliar a capacidade do DMAE para realização de levantamentos topográficos e cadastrais com maior precisão, confiabilidade e produtividade. O fornecimento deverá contemplar os equipamentos e acessórios essenciais para operação, alimentação energética, transporte e segurança, permitindo que a Administração utilize o sistema de forma imediata após a entrega.

De forma integrada, a solução inclui receptores GNSS RTK com capacidade de rastreamento multiconstelação e correção em tempo real, compatíveis com os fluxos de trabalho adotados pelo Núcleo de Cadastro Técnico dos Sistemas de Saneamento. Os equipamentos deverão permitir medições georreferenciadas com precisão centimétrica, inclusive em ambientes urbanos com obstruções parciais de sinal, além de suportar registro de dados brutos para posterior processamento ou auditoria técnica quando necessário. A solução deverá permitir operação em configuração base e rover, na qual um receptor permanece estacionado como estação base para transmissão das correções GNSS, enquanto o segundo receptor opera como rover para coleta de dados em campo.

A solução contempla também coletor de dados compatível com os receptores, equipado com software de campo apropriado para execução de levantamentos, locação de pontos e organização dos dados coletados. De forma complementar, deverá ser fornecida licença de software de escritório para processamento e gestão dos dados geodésicos, possibilitando ajuste de redes, conversão de sistemas de coordenadas, geração de relatórios e exportação de informações em formatos compatíveis com as ferramentas CAD e SIG utilizadas pela Administração.

O conjunto de fornecimento deverá incluir ainda os acessórios necessários à operação contínua em campo, tais como bastões topográficos, tripé para configuração da estação base, base nivelante compatível com o receptor GNSS e adaptador para sua fixação ao tripé, baterias adicionais, carregadores e suportes de fixação da coletora de dados, além de maleta ou case apropriado para transporte e armazenamento seguro dos equipamentos.

Considerando que a efetividade do investimento depende da correta operação dos equipamentos e da padronização das rotinas de levantamento, recomenda-se que o fornecimento inclua treinamento técnico voltado à equipe usuária. Essa capacitação deverá contemplar, no mínimo, configuração dos equipamentos, operação em modo RTK, configuração de correções via rede (NTRIP), utilização da compensação de inclinação por IMU, execução de levantamentos e locações, exportação e organização de dados, bem como boas práticas de operação e conservação dos equipamentos.

Quanto à manutenção, trata-se de aquisição esporádica de bens permanentes, com expectativa de vida útil prolongada, cujo uso não demanda contratação continuada para sua viabilização. As necessidades futuras concentram-se em eventuais ações de manutenção corretiva,

reposição de itens sujeitos a desgaste natural (especialmente baterias) e eventuais atualizações de software ao longo do ciclo de vida dos equipamentos.

Para mitigar risco de indisponibilidade e assegurar continuidade operacional, o Termo de Referência deverá prever garantia mínima e assistência técnica nacional autorizada, com canais formais de suporte e condições de atendimento adequadas, abrangendo os receptores GNSS, coletora de dados, baterias, carregadores e demais componentes fornecidos.

Por fim, não se identifica, neste momento, necessidade de infraestrutura adicional relevante para utilização da solução, uma vez que os equipamentos e acessórios previstos constituem conjunto autossuficiente para execução dos levantamentos e geração dos produtos técnicos esperados, observados os requisitos de interoperabilidade e de exportação de dados definidos para a contratação.

8. Justificativa para Parcelamento ou Adjudicação Conjunta:

O objeto desta contratação consiste em solução integrada de posicionamento geodésico de alta precisão, composta por receptores GNSS RTK, coletor de dados compatível, softwares de campo e de processamento, baterias, carregadores e acessórios de campo (bastão, tripé, suportes e itens correlatos), destinada à atuação das equipes do DMAE em levantamentos topográficos e cadastrais aplicados à gestão e atualização do cadastro técnico dos sistemas de saneamento.

Os componentes tecnológicos centrais — receptores GNSS, coletor de dados, softwares de campo e escritório, sistemas de comunicação e alimentação — são concebidos para operar de forma integrada, incluindo rotinas de configuração, comunicação entre dispositivos, registro de observações GNSS, processamento e exportação de dados. Essa integração envolve compatibilidade de protocolos de comunicação, interoperabilidade entre software e hardware, gerenciamento de correções RTK e sincronização de dados, além de suporte técnico e atualizações fornecidas pelo mesmo fabricante ou representante técnico.

A fragmentação da aquisição desses elementos entre fornecedores distintos aumentaria significativamente o risco de incompatibilidade funcional entre os equipamentos e softwares, além de dificultar a identificação de responsabilidades em caso de falhas operacionais, problemas de comunicação entre dispositivos ou inconsistências nos dados obtidos. Tal cenário poderia resultar em maior tempo de indisponibilidade do sistema, necessidade de suporte técnico múltiplo e maior complexidade na gestão da garantia e manutenção dos equipamentos, contrariando a lógica de fornecimento de solução integrada prevista no art. 40, §3º, II, da Lei nº 14.133/2021.

No que se refere aos acessórios de campo — tais como bastão topográfico, tripé, suportes de fixação da coletora de dados, baterias adicionais e carregadores — embora existam no mercado itens comercializados separadamente, na prática esses componentes integram o kit operacional utilizado em campo pelas equipes técnicas. Esses elementos influenciam diretamente aspectos operacionais relevantes, como estabilidade mecânica do conjunto, correta configuração de alturas instrumentais, autonomia de operação e continuidade dos levantamentos.

Além disso, considerando que a contratação prevê treinamento técnico para utilização dos equipamentos e softwares, é recomendável que a capacitação ocorra utilizando exatamente o mesmo conjunto de equipamentos e acessórios que será empregado nas rotinas operacionais do setor. A aquisição desses itens em lotes separados, com cronogramas e fornecedores distintos, poderia gerar descompasso entre a entrega dos equipamentos principais e dos acessórios de campo, comprometendo o treinamento e retardando a entrada em operação da solução.

A concentração do fornecimento em lote único também favorece a padronização dos kits de trabalho utilizados pelas equipes de campo e facilita a gestão de responsabilidades contratuais. Em caso de problemas de desempenho, falhas de integração entre equipamentos ou necessidade de acionamento de garantia, a Administração poderá tratar diretamente com um único fornecedor responsável pelo conjunto da solução, evitando a pulverização de responsabilidades entre diferentes empresas.

Do ponto de vista administrativo, o parcelamento da contratação implicaria aumento do número de fornecedores, pedidos de compra, etapas de recebimento e rotinas de fiscalização contratual, elevando a complexidade de gestão sem que haja evidência concreta de ganho econômico relevante que justifique a fragmentação da aquisição.

Diante desse contexto, conclui-se que o tratamento do objeto como lote único, com julgamento pelo menor preço global do conjunto, mostra-se tecnicamente adequado e compatível com os princípios da padronização e da economicidade (art. 40, V, “a” e “b”), bem como com a hipótese prevista no art. 40, §3º, II, da Lei nº 14.133/2021, segundo a qual o parcelamento não será adotado quando o objeto configurar sistema único e integrado e houver risco ao conjunto do objeto pretendido.

9. Contratações Correlatas ou Interdependentes:

A presente contratação não depende de outras contratações em andamento ou previstas para viabilizar sua execução e operacionalização. Trata-se de aquisição pontual e autônoma de bens permanentes (receptores GNSS RTK e acessórios essenciais), cujo fornecimento e utilização se exaurem com a entrega dos equipamentos, dos itens previstos e a realização do treinamento técnico para a equipe usuária.

Os equipamentos a serem adquiridos constituem solução completa de posicionamento geodésico para uso em levantamentos topográficos e cadastrais realizados pelo Núcleo de Cadastro Técnico dos Sistemas de Saneamento, não sendo necessária aquisição simultânea de outros bens ou serviços para seu funcionamento.

Ressalta-se que os dados produzidos pelos receptores GNSS poderão ser posteriormente integrados aos sistemas e rotinas já adotados pelo DMAE, especialmente às ferramentas de desenho assistido por computador (CAD), sistemas de informação geográfica (SIG) e bases de dados geoespaciais utilizadas na gestão do cadastro técnico. Contudo, tais sistemas já se encontram disponíveis e plenamente operacionais na Autarquia, não sendo necessária qualquer adaptação de infraestrutura ou contratação adicional para viabilizar o uso dos equipamentos.

Dessa forma, não se identificam contratações correlatas ou interdependentes que condicionem a execução ou o êxito da presente aquisição, permanecendo a contratação plenamente viável de forma independente.

10. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos

A contratação tem por objetivo ampliar e qualificar a capacidade operacional do Núcleo de Cadastro Técnico dos Sistemas de Saneamento do DMAE, responsável pela execução de levantamentos cadastrais, topográficos e geoespaciais que subsidiam atividades de fiscalização, conferência de projetos, atualização do cadastro técnico e apoio às intervenções nos sistemas de saneamento. Com a incorporação de novos receptores GNSS RTK e do conjunto necessário à sua

operação, pretende-se aumentar a produtividade, a precisão e a confiabilidade das informações coletadas em campo, especialmente em levantamentos executados em ambientes urbanos com interferências ou em áreas que demandam elevado nível de precisão posicional.

São resultados pretendidos com a contratação:

- Redução do tempo de execução em campo, com equipamentos capazes de obter fixação RTK mais rápida e estável, além de permitir medições com compensação de inclinação por IMU, reduzindo a necessidade de posicionamento perfeitamente vertical do bastão e aumentando a produtividade das equipes.
- Aumento da consistência e rastreabilidade dos dados geoespaciais, com precisão centimétrica nas medições e registros padronizados, compatíveis com os fluxos de trabalho já adotados pela Autarquia, incluindo integração com ferramentas CAD e sistemas de informação geográfica (SIG).
- Ampliação da capacidade de levantamento em ambientes com obstruções, como áreas urbanas densas, locais com edificações, vegetação, postes, fiação aérea ou outras interferências físicas, onde equipamentos mais antigos apresentam maior dificuldade de rastreamento e estabilidade de solução.
- Aprimoramento da qualidade do cadastro técnico geoespacial, permitindo atualização mais precisa das redes de água, esgoto e drenagem, bem como dos elementos associados à infraestrutura de saneamento.
- Aumento da produtividade da equipe técnica, possibilitando execução de levantamentos mais ágeis e redução do retrabalho decorrente de medições imprecisas ou inconsistentes.
- Melhoria no suporte técnico às atividades de fiscalização e acompanhamento de obras, com medições mais confiáveis para conferência de projetos, validação de implantação de redes e verificação de conformidade geométrica das estruturas executadas.
- Redução de remobilizações de equipe, ao permitir coleta mais completa e confiável de dados no primeiro atendimento em campo, diminuindo a necessidade de retornos para complementação de informações.
- Fortalecimento do acervo técnico da Autarquia, com geração de informações georreferenciadas mais precisas e padronizadas, que poderão ser utilizadas no planejamento, manutenção, expansão e modernização dos sistemas públicos de saneamento.

Em síntese, a contratação busca consolidar a capacidade técnica permanente do DMAE para produção de informações geoespaciais confiáveis, precisas e reutilizáveis ao longo do tempo, contribuindo diretamente para a qualidade do cadastro técnico, para a fiscalização de obras e para o aprimoramento da tomada de decisão no planejamento e gestão dos sistemas de saneamento.

11. Providências a Serem Adotadas para a Contratação e Execução:

Não há contrato vigente com objeto idêntico ou que demande substituição direta, de modo que não se prevê transição contratual. A execução da contratação se concentrará no fornecimento dos equipamentos e acessórios previstos, bem como na realização do treinamento técnico para os servidores que irão operá-los.

A utilização dos equipamentos não exige adequações físicas específicas no ambiente da unidade requisitante, sendo suficientes providências administrativas internas para organização de local apropriado para guarda, acondicionamento e controle patrimonial dos equipamentos.

Como providência operacional, deverá ser assegurada a capacitação dos servidores responsáveis pela utilização dos receptores GNSS e dos softwares fornecidos, conforme previsto entre os requisitos da contratação.

No que se refere aos aspectos regulatórios, deverá ser verificada a homologação junto à ANATEL dos dispositivos de comunicação sem fio eventualmente utilizados pelos equipamentos, quando aplicável, assegurando sua conformidade com as normas brasileiras de telecomunicações.

12. Possíveis Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras:

A contratação consiste na aquisição de bens permanentes (receptores GNSS RTK e acessórios), não envolvendo obras civis, intervenções no meio físico ou atividades que demandem licenciamento ambiental ou estudo de impacto ambiental, nos termos usualmente aplicáveis à Resolução CONAMA nº 001/1986. Dessa forma, não se identificam impactos ambientais negativos relevantes associados à contratação e ao uso dos equipamentos.

Ainda assim, por se tratar de equipamentos eletroeletrônicos e acessórios sujeitos a desgaste (especialmente baterias e carregadores), deverão ser observadas práticas adequadas de armazenamento, conservação e destinação final ambientalmente correta ao término da vida útil dos componentes, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e demais normas aplicáveis.

Como impacto ambiental positivo indireto, a melhoria da precisão e da confiabilidade dos levantamentos geospaciais tende a contribuir para melhor planejamento de intervenções e obras nos sistemas de saneamento, reduzindo retrabalhos, deslocamentos desnecessários e intervenções incorretas no solo.

Por fim, não se identificam necessidades de adequações estruturais ou ambientais pela Administração para recebimento, armazenamento ou utilização dos equipamentos.

13. Análise Preliminar de Riscos

A contratação envolve a aquisição de bens permanentes de natureza técnica (receptores GNSS RTK, acessórios e softwares associados), destinados à execução de levantamentos topográficos e cadastrais de alta precisão, utilizados pelo Núcleo de Cadastro Técnico dos Sistemas de Saneamento no apoio às atividades de planejamento, fiscalização, atualização cadastral e acompanhamento de obras.

Por se tratar de equipamento com especificações técnicas objetivas e tecnologia amplamente consolidada no mercado de geodésia e topografia, os riscos identificados concentram-se principalmente na aderência técnica do fornecimento, na compatibilidade operacional com os fluxos de trabalho existentes, na confiabilidade do suporte técnico pós-venda e na adequada implantação operacional dos equipamentos.

Não se identificam riscos ambientais relevantes associados à utilização dos equipamentos, permanecendo apenas como ponto de atenção a destinação adequada de componentes eletroeletrônicos ao final da vida útil, especialmente baterias e acessórios.

Os principais riscos identificados nesta análise preliminar são apresentados a seguir:

- Risco de fornecimento em desconformidade com os requisitos técnicos definidos para os receptores GNSS e acessórios.
Classificação preliminar: Alto
Mitigação: definição clara de requisitos mínimos no Termo de Referência; exigência de documentação técnica oficial do fabricante; verificação de conformidade no recebimento.
- Risco de incompatibilidade operacional com os fluxos de trabalho do DMAE (formatos de exportação de dados, integração com CAD/GIS e banco de dados geoespacial).
Classificação preliminar: Baixo
Mitigação: especificação no TR de formatos de exportação compatíveis (ex.: CSV, DXF, RINEX ou equivalentes); validação prática de exportação e utilização dos dados durante o recebimento.
- Risco de baixa efetividade do suporte técnico ou dificuldades na garantia e manutenção dos equipamentos.
Classificação preliminar: Médio
Mitigação: exigência de garantia mínima e assistência técnica nacional autorizada; definição de canais formais de atendimento.
- Risco de atraso na entrega dos equipamentos, com impacto no planejamento das atividades de levantamento.
Classificação preliminar: Médio
Mitigação: definição clara de prazos de entrega no Termo de Referência; previsão de penalidades contratuais em caso de atraso injustificado; acompanhamento do cronograma de fornecimento.
- Risco de subutilização dos equipamentos por ausência de capacitação adequada da equipe usuária.
Classificação preliminar: Baixo
Mitigação: inclusão de treinamento técnico para operação dos equipamentos e softwares fornecidos; padronização interna de procedimentos de levantamento e processamento de dados.
- Risco de deterioração prematura por transporte, armazenamento ou manejo inadequado dos equipamentos e acessórios.
Classificação preliminar: Baixo
Mitigação: fornecimento de maleta ou solução adequada de acondicionamento; organização de local apropriado para armazenamento; adoção de rotinas internas de conservação e controle patrimonial.

Considerando a natureza do objeto e as medidas mitigadoras previstas, os riscos identificados apresentam nível global classificado como médio, sendo considerados administráveis no contexto da contratação.

Dessa forma, recomenda-se que a análise de riscos seja detalhada em etapa posterior do processo de contratação, por meio da elaboração de matriz de riscos específica a ser apresentada como apêndice do Termo de Referência, na qual serão definidos de forma mais precisa os eventos de risco, suas probabilidades, impactos e respectivas estratégias de mitigação.

CONCLUSÃO

14. Justificativa em cumprimento ao art. 18, §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021

Os elementos opcionais que não foram contemplados neste estudo foram dispensados por não se adequarem ao caso concreto, conforme permissivo do art. 18, §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15. Posicionamento Conclusivo:

Após as análises apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação é tecnicamente adequada, viável e recomendável, consistindo na aquisição de receptores GNSS RTK e do conjunto operacional indispensável à sua utilização (coletor de dados compatível, softwares de campo e processamento, acessórios de operação, capacitação e garantia/assistência técnica), com vistas a suprir limitações tecnológicas atualmente existentes e ampliar a capacidade de levantamento topográfico e cadastral do DMAE.


A solução selecionada mostrou-se mais aderente que alternativas como locação eventual de equipamentos ou contratação de levantamentos por terceiros, por assegurar disponibilidade imediata, autonomia operacional, padronização de procedimentos e integração direta aos fluxos de trabalho já adotados pela Autarquia. A aquisição de equipamentos próprios permite maior previsibilidade na execução das atividades de campo, além de ampliar a capacidade de resposta às demandas técnicas relacionadas à fiscalização, atualização cadastral e acompanhamento de obras.

Destaca-se também o ganho institucional associado à melhoria da qualidade e da confiabilidade dos dados geoespaciais produzidos pela Autarquia, fortalecendo o cadastro técnico e permitindo medições mais precisas para conferência de projetos, validação de intervenções executadas e planejamento de expansão e manutenção das redes de saneamento.

Por se tratar de bens permanentes, com expectativa de vida útil prolongada e sem necessidade de contratação continuada para viabilizar seu uso, os principais riscos associados concentram-se no atendimento aos requisitos técnicos definidos para o fornecimento, na disponibilidade de suporte técnico e garantia, bem como na adequada implantação operacional da solução. Tais riscos foram considerados administráveis e poderão ser mitigados por meio de especificações técnicas objetivas no Termo de Referência, critérios de recebimento e capacitação da equipe usuária.

Diante do exposto, entende-se que a contratação proposta está alinhada ao interesse público, aos objetivos institucionais do DMAE e aos princípios da eficiência, economicidade e padronização previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, representando medida adequada para fortalecer a capacidade técnica e operacional da Autarquia no desenvolvimento de levantamentos geoespaciais aplicados à gestão dos sistemas de saneamento.

Uberlândia-MG, 31 de março de 2026.


Documento assinado digitalmente
 **NICHOLAS LINO VIEIRA MOTA**
Data: 16/04/2026 12:12:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nicholas Lino Vieira Mota
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

MATHEUS
ALEXANDRE SEGATE
FREITAS:11112938648

Assinado de forma digital por
MATHEUS ALEXANDRE SEGATE
FREITAS:11112938648
Dados: 2026.04.16 12:16:38 -03'00'

Matheus Alexandre Segate Freitas
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

Documento assinado digitalmente
 **LUIZ HENRIQUE FERREIRA DE ATHAYDES**
Data: 16/04/2026 13:57:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luiz Henrique Ferreira de Athaydes
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

APÊNDICE I – EVIDÊNCIAS DA PESQUISA DE MERCADO

Este apêndice reúne, para fins de controle interno, as evidências documentais utilizadas como base informativa para a estimativa de valor e para a avaliação de comparabilidade das cotações consideradas no processo, incluindo dados de identificação do fornecedor, data, condições comerciais e descrição do modelo ofertado.

As informações aqui consolidadas permitem verificar a aderência de cada proposta ao escopo do kit definido neste ETP, bem como a coerência dos valores utilizados como referência, especialmente quanto ao fornecimento de solução completa composta por receptores GNSS RTK, softwares, coletor de dados e acessórios operacionais.

A seguir, apresenta-se a relação das propostas/cotações obtidas:

Trimble R980

Empresa: Santiago & Citra

CNPJ: 51.536.795/0006-00

Data: 19/03/2026

Modelo: Atende aos requisitos estabelecidos

Inclui: Conjunto GNSS RTK composto por 02 receptores (base e rover), coletor de dados compatível, licença de software de campo, licença de software de processamento GNSS, antenas UHF, bastão topográfico, tripé, base nivelante (tribrach), baterias, carregadores, suportes, cabos e case(s) de transporte

Garantia: 01 (um) ano para o Receptor GNSS, 03 (três) meses para os acessórios

Frete: Incluso tipo CIF

Leica Viva GS18T

Empresa: Teomac

CNPJ: 01.566.632/0001-80

Data: 13/03/2026

Modelo: Atende aos requisitos estabelecidos

Inclui: Conjunto GNSS RTK composto por 02 receptores (base e rover), coletor de dados compatível, licença de software de campo, licença de software de processamento GNSS, antenas UHF, bastão topográfico, tripé, base nivelante (tribrach), baterias, carregadores, suportes, cabos e case(s) de transporte

Garantia: 01 (um) ano

Frete: Incluso tipo CIF

TERMO DE REFERÊNCIA

SUMÁRIO

I. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO	3
1. Do objeto	3
2. Valor estimado	6
3. Prazo de vigência e instrumento contratual	6
II. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	6
4. Do Estudo Técnico Preliminar e fundamentação da contratação	6
5. Da descrição da solução	6
III. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO	6
6. Do Estudo Técnico Preliminar	7
IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	7
7. Da Sustentabilidade	7
8. Da exclusividade de participação de ME e EPP	7
9. Da participação de consórcios	7
10. Da participação de cooperativas	7
11. Da subcontratação	8
12. Garantia de contratação	8
V. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	8
13. Condições de entrega	8
14. Garantia, manutenção e assistência técnica	8
VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO	10
15. O modelo de gestão do contrato está detalhado na MINUTA DE CONTRATO ou, quando a formalização do contrato se der por instrumento equivalente (dispensa de contrato), no APÊNDICE I – REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO.	10
VII. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO	12
16. Forma de seleção	12
17. Justificativa de parcelamento ou aglutinação do objeto	12
VIII. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA	13
18. Indicação de marcas de referência	13
19. Da exigência de carta de solidariedade	14
20. Apresentação de documentação técnica da proposta	14
IX. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO	15
21. Habilitação jurídica	16
22. Habilitação fiscal, trabalhista e previdenciária	18
23. Qualificação Econômico-Financeira	19
X. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	20

XI. APÊNDICE I – TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA	22
XII. APÊNDICE II – ESTUDO DE ALOCAÇÃO DE RISCOS	23
1. Diretrizes Gerais	23
2. Riscos de Planejamento	23
3. Riscos de Seleção do Fornecedor	23
4. Riscos Técnicos do Equipamento	24
5. Riscos Operacionais	25
6. Riscos Regulatórios e de Conformidade	26
7. Riscos Econômico-Financeiros	26
8. Riscos de Capacitação e Transferência de Conhecimento	26
9. Critério Geral de Alocação	26
XIII. APÊNDICE III – IMAGENS DE REFERÊNCIA	28

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

I. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

1. Do objeto

1.1. Aquisição de Receptores GNSS RTK de categoria profissional, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	MPE ou AC*	ESPECIFICAÇÃO	CADASTRO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	AC	Conjunto profissional de posicionamento GNSS RTK, composto por 2 receptores e acessórios, completo e pronto para uso	SIM	Unidade	1		

Ressalta-se que as informações detalhadas sobre a análise comparativa das propostas e a justificativa da escolha dos itens encontram-se descritas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que embasa a presente contratação.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS COMPLEMENTARES:

A presente contratação tem por objeto a aquisição de receptores GNSS RTK de categoria profissional, incluindo coletor de dados compatível, softwares, acessórios operacionais e treinamento técnico.

Os equipamentos deverão possuir tecnologia GNSS multiconstelação, operação RTK com correções em tempo real, registro de dados brutos para pós-processamento e compensação de inclinação por IMU.

O atendimento aos requisitos deverá ser comprovado por documentação técnica oficial do fabricante (catálogo, ficha técnica, manual ou equivalente), que permita a verificação objetiva das especificações do equipamento e da solução ofertada.

Serão aceitos equipamentos equivalentes ou superiores aos modelos de referência utilizados no Estudo Técnico Preliminar, desde que comprovem atendimento integral aos requisitos técnicos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência.

Constam ao final deste Termo de Referência imagens de referência dos equipamentos e acessórios, inseridas exclusivamente para apoio visual e melhor compreensão da composição do conjunto e de seus componentes. Tais imagens são meramente ilustrativas e

não definem marca, modelo, fabricante ou configuração específica, nem substituem as especificações técnicas e requisitos estabelecidos no ETP/TR, prevalecendo sempre o conteúdo descritivo e os critérios objetivos previstos neste instrumento.

Item 1 – Conjunto receptor GNSS RTK profissional (01 conjunto)

Fornecimento de conjunto de receptores GNSS RTK de uso profissional destinado à execução de levantamentos topográficos e cadastrais de alta precisão, locação de estruturas, conferência de projetos e apoio às atividades de fiscalização e atualização cadastral do DMAE, acompanhado de coletor de dados compatível, softwares de campo e de processamento GNSS e conjunto operacional completo para uso em campo.

O conjunto deverá permitir operação em configuração base e rover, na qual um receptor será utilizado em posição fixa como estação base para transmissão das correções GNSS, enquanto o segundo receptor será utilizado como rover móvel para coleta de dados em campo.

O receptor GNSS RTK consiste em equipamento geodésico de posicionamento por satélite capaz de determinar coordenadas com precisão centimétrica em tempo real por meio de correções diferenciais RTK (Real Time Kinematic). O equipamento deverá operar com rastreamento GNSS multiconstelação, incluindo no mínimo GPS, GLONASS, Galileo e BeiDou, admitindo-se suporte adicional a QZSS e NavIC, com capacidade mínima de 555 canais GNSS para rastreamento simultâneo multiconstelação e multifrequência.

O sistema deverá operar em modo RTK via rede (NTRIP) mediante conexão de dados móveis, bem como permitir operação em modo base e rover com transmissão de correções GNSS por rádio UHF. O receptor deverá possuir conector físico para antena de rádio removível, do tipo TNC, SMA ou equivalente, com sistema de fixação seguro. Admitir-se-á também comunicação com o coletor de dados por Bluetooth, Wi-Fi ou interfaces equivalentes.

Os módulos de comunicação por rádio deverão possuir homologação válida junto à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, conforme regulamentação vigente.

O equipamento deverá permitir o registro de observações GNSS brutas para pós-processamento, com exportação em formato RINEX ou equivalente aberto.

A precisão mínima exigida em modo RTK deverá ser de $\leq 8 \text{ mm} + 1 \text{ ppm}$ (horizontal) e $\leq 15 \text{ mm} + 1 \text{ ppm}$ (vertical), expressa em RMS ou métrica equivalente claramente definida pelo fabricante. Em pós-processamento estático, o equipamento deverá apresentar precisão mínima de $\leq 3 \text{ mm} + 0,1 \text{ ppm}$ (horizontal) e $\leq 3,5 \text{ mm} + 0,4 \text{ ppm}$ (vertical), ou desempenho equivalente devidamente comprovado em documentação técnica oficial.

O receptor deverá possuir sistema de compensação de inclinação baseado em IMU integrada, permitindo medições com o bastão inclinado sem necessidade de calibração manual recorrente, com tolerância mínima de 30° de inclinação e precisão de compensação de até $8 \text{ mm} + 0,7 \text{ mm}/^\circ$ ou melhor. A tecnologia deverá ser imune ou resistente a interferências magnéticas.

O equipamento deverá possuir taxa mínima de atualização de posição de 10 Hz, configurável até 20 Hz ou superior.

Os receptores deverão possuir construção adequada ao uso em campo, com grau mínimo de proteção IP67 contra água e poeira e resistência a quedas de no mínimo 2 metros em superfície rígida. Deverão possuir conectividade integrada por Bluetooth, Wi-Fi e porta USB para comunicação com coletor de dados e transferência de arquivos. Deverão, ainda, utilizar baterias removíveis e substituíveis em campo, vedada a oferta de equipamento com bateria exclusivamente interna ou embutida como fonte principal de alimentação operacional.

O fornecimento deverá ocorrer como solução completa e integrada, incluindo, no mínimo, os componentes a seguir, nas quantidades indicadas:

- (i) Receptores GNSS RTK multiconstelação – 02 (duas) unidades, aptas à operação em configuração base e rover;
- (ii) Antenas externas para comunicação por rádio UHF compatíveis com os receptores – 02 (duas) unidades, removíveis, com conector do tipo TNC, SMA ou equivalente;
- (iii) Coletor de dados compatível com os receptores – 01 (uma) unidade, com sistema operacional Android ou Windows, tela adequada para uso externo, grau mínimo de proteção IP65, armazenamento mínimo de 64 GB e conectividade Bluetooth/Wi-Fi;
- (iv) Baterias recarregáveis compatíveis com os receptores – no mínimo 06 (seis) unidades;
- (v) Carregadores de bateria compatíveis – 02 (duas) unidades;
- (vi) Bastão de fibra de carbono para levantamento topográfico (aprox. 2 m) – 01 (uma) unidade;
- (vii) Mini bastão para medições auxiliares – 01 (uma) unidade;
- (viii) Tripé de alumínio para configuração de base GNSS – 01 (uma) unidade;
- (ix) Conjunto de base nivelante (tribrach) com adaptador compatível para fixação ao tripé e ao receptor GNSS – 01 (um) conjunto;
- (x) Suporte e engate para fixação do coletor de dados ao bastão peça inteira ou modular – 01 (uma) unidade ou se modular conjunto;
- (xi) Maleta(s) ou case(s) de transporte compatível(is) com o conjunto – no mínimo 01 (uma) unidade, desde que permita o acondicionamento seguro de todos os componentes e o transporte adequado dos equipamentos;
- (xii) Cabos e acessórios necessários ao funcionamento do sistema.

Deverá ser fornecida licença perpétua de software de campo, compatível com os receptores ofertados, para execução de levantamentos RTK, locação de pontos e organização de dados, com exportação em formatos usuais de interoperabilidade, incluindo CSV, DXF, SHP e RINEX ou equivalentes.

Deverá ser fornecida também licença perpétua de software de escritório para processamento GNSS, apta ao processamento de linhas de base, ajuste de redes geodésicas, transformação de sistemas de coordenadas, importação e exportação de arquivos RINEX e geração de relatórios técnicos.

O fornecimento deverá incluir treinamento teórico e prático para operação dos equipamentos e utilização dos softwares fornecidos.

Deverá ser assegurada garantia mínima de 12 (doze) meses para os receptores GNSS RTK e softwares fornecidos, bem como garantia mínima de 3 (três) meses para os acessórios, além de assistência técnica nacional autorizada, conforme demais disposições deste Termo de Referência.

Aplicam-se, ainda, os demais requisitos e condições técnicas previstos no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que embasa esta contratação, no que não conflitarem com o presente TR.

1.2. Nenhum objeto desta contratação se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, posto que se enquadram aos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

2. Valor estimado

2.1. Os preços foram formados conforme Relatório de Pesquisa de Preços, que compõe a documentação que instrui esta demanda.

2.1.1. A data de consolidação do orçamento é: 23/04/2026

2.2. O custo estimado global da contratação é de R\$ 181.520,00 (Cento e oitenta e um mil quinhentos e vinte reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme análise de riscos constante deste Termo de Referência.

3. Prazo de vigência e instrumento contratual

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

II. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4. Do Estudo Técnico Preliminar e fundamentação da contratação

4.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que será publicado ao final do processo.

5. Da descrição da solução

5.1. Embora exista Plano de Contratações Anual (PCA) vigente, a presente contratação não foi prevista no PCA do exercício, por decorrer de necessidade identificada no curso do período, relacionada à insuficiência de recursos instrumentais para levantamentos em ambientes com restrição de visada e obstruções e ao reforço da capacidade de conferência e fiscalização. A fundamentação técnica e o detalhamento da necessidade constam do Estudo Técnico Preliminar (ETP) que embasa este Termo de Referência.

III. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

6. Do Estudo Técnico Preliminar

6.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que será publicado ao final do processo.

IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7. Da Sustentabilidade

7.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no Estudo Técnico Preliminar como requisito previsto em lei especial

8. Da exclusividade de participação de ME e EPP

8.1. A presente licitação será destinada à ampla concorrência, uma vez que não se enquadra em nenhuma das hipóteses do art. 48, inciso III da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pois todos os itens de contratação são superiores ao limite legal e o objeto não pode ser fracionado, conforme justificativa de parcelamento no tópico correspondente.

9. Da participação de consórcios

9.1. A vedação à participação de empresas consorciadas ou agrupadas justifica-se porque o Município de Uberlândia coaduna com o entendimento de que a admissão de consórcios nas licitações é recomendada quando o objeto licitado for considerado de alta complexidade ou vulto, pois nestes casos está diretamente relacionada à ampliação da competitividade, no sentido de permitir a participação de empresas que, isoladamente, não atenderiam a todos os requisitos de qualificação técnica e/ou econômico-financeira exigidos no instrumento convocatório. Em se tratando de licitações destinadas à aquisição de produtos se vislumbra restrição no universo de possíveis licitantes, pois as empresas participantes, em sua maioria, já apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira para a execução de contratos dessa natureza. Nestes casos, portanto, a vedação à participação de consórcios não acarretará em prejuízos à competitividade do certame, muito pelo contrário, o objetivo é justamente evitar que a reunião de empresas por meio de consórcios, quando poderiam estar ofertando lances de modo individual, reduza o número de licitantes com propostas independentes, o que diminuiria, conseqüentemente, a concorrência, não sendo demais atentar quanto ao aumento da possibilidade de cartelização do mercado para manipular os preços nas licitações.

10. Da participação de cooperativas

10.1. Será permitida a participação de Sociedades Cooperativas, e serão exigidos para fins de habilitação jurídica os documentos previstos no tópico de Habilitação Jurídica deste Termo.

11. Da subcontratação

11.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

11.2. A vedação de subcontratação refere-se à transferência do objeto principal a terceiros, não impedindo a utilização de transportadoras e de rede autorizada para suporte/garantia, sob responsabilidade integral do Contratado.

12. Garantia de contratação

12.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

V. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

13. Condições de entrega

13.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da emissão da nota de empenho ou assinatura da ordem de fornecimento, em remessa única.

13.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. Benjamin Magalhães, 1 - Tibery, Uberlândia - MG, 38405-142.

13.2.1. Horário de entrega: de segunda-feira à sexta-feira das 8h às 16h30.

13.3. Caso não seja possível a entrega no prazo estabelecido, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5(cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

14. Garantia, manutenção e assistência técnica

14.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses para os receptores GNSS RTK e softwares, e de, no mínimo, 3 (três) meses para os acessórios, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

14.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

14.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

14.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

14.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

14.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20(vinte) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

14.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

14.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

14.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

14.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

14.11. A garantia mínima exigida foi definida considerando a natureza técnica e a criticidade operacional dos equipamentos, que serão utilizados de forma contínua em atividades de levantamento, cadastro técnico, fiscalização e apoio às operações do DMAE. A medida busca reduzir riscos de indisponibilidade, falhas operacionais e interrupções nas atividades do setor, assegurando suporte técnico adequado durante o período inicial de utilização dos bens, conforme necessidade identificada no Estudo Técnico Preliminar (ETP)

VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

15. O modelo de gestão do contrato está detalhado na MINUTA DE CONTRATO ou, quando a formalização do contrato se der por instrumento equivalente (dispensa de contrato), no APÊNDICE I – REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO.

Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de entrega/execução das etapas (entrega, recebimento e treinamento) será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante formalização e justificativa nos autos, quando cabível.

15.3. As comunicações entre a Administração e a Contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, com identificação do remetente e rastreabilidade.

15.4. A Administração poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, especialmente em situações de não conformidade, necessidade de substituição, ajustes na entrega e demais ocorrências relacionadas à execução.

15.5. Após a formalização do contrato ou instrumento equivalente, **poderá** ser realizada reunião inicial com representante da Contratada para alinhamento de rotinas de entrega, recebimento, treinamento presencial, canais de comunicação, prazos e demais aspectos operacionais relevantes à execução do objeto.

15.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, e gerida por gestor do contrato, designados conforme o Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, e demais normativos internos aplicáveis.

15.7. Compete à fiscalização acompanhar a execução para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no instrumento contratual, anotando no histórico de gerenciamento do contrato as ocorrências relacionadas à execução e descrevendo o necessário à regularização de faltas ou defeitos observados.

15.7.1. Identificada inexatidão, irregularidade ou não conformidade, a fiscalização emitirá notificação à Contratada para correção, com fixação de prazo compatível com a natureza do ajuste, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.7.2. A fiscalização informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou providências que ultrapassem sua competência, inclusive aquelas que possam comprometer prazos, recebimento, liquidação e pagamento.

15.8. Compete à fiscalização verificar, a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhar a documentação relacionada à entrega/recebimento, empenho, liquidação e pagamento, bem como as obrigações de garantia, manutenção e assistência técnica previstas neste Termo de Referência.

15.8.1. Ocorrendo descumprimento de obrigações contratuais, a fiscalização atuará tempestivamente na solução do problema e reportará ao gestor do contrato para adoção das providências cabíveis, quando necessário.

15.9. Compete ao gestor do contrato coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, assegurando que constem os registros formais da execução, tais como comunicações, notificações, recebimentos, ocorrências, alterações e eventuais prorrogações/ajustes, quando cabíveis.

15.9.1. O gestor acompanhará os registros realizados pela fiscalização, providenciará as medidas administrativas necessárias à regular execução e, quando for o caso, submeterá à autoridade competente as matérias que extrapolem sua competência.

15.9.2. O gestor do contrato adotará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização, quando cabível, para fins de aplicação de sanções, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e normativos internos.

15.10. Ao final da execução, a fiscalização e a gestão providenciarão os registros de encerramento, incluindo relatório/registro final quanto ao cumprimento do objeto, desempenho e ocorrências relevantes, indicando, quando aplicável, pontos de melhoria para futuras contratações.

15.11. Para fins de recebimento do objeto, a fiscalização deverá realizar conferência por checklist, contemplando, no mínimo: (i) verificação das quantidades e componentes do kit efetivamente entregues; (ii) identificação do modelo e número de série do equipamento principal; (iii) conferência de integridade física e acondicionamento; (iv) verificação da entrega de manuais e/ou documentação técnica disponível; e (v) conferência de que os itens entregues correspondem às especificações do Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar (ETP), no que couber.

15.12. Constatada qualquer divergência, ausência de item, inconformidade técnica ou avaria, a fiscalização deverá registrar a ocorrência e notificar a Contratada para correção, complementação ou substituição, fixando prazo para saneamento, sem prejuízo das demais medidas previstas no contrato, no edital e na legislação aplicável.

15.13. O treinamento presencial previsto no objeto deverá ser agendado pela Contratada em comum acordo com a Administração e realizado em até 20 (vinte) dias úteis, contados da entrega e do recebimento provisório do equipamento, no Município de Uberlândia, preferencialmente nas dependências do DMAE de Uberlândia, no endereço Av. Rondon Pacheco, 6400 - Tibery, Uberlândia - MG, 38405-142, ou em outro local indicado pelo Contratante, sem ônus adicional.

15.13.1. O treinamento integra as obrigações de fornecimento e deverá ocorrer antes do recebimento definitivo.

15.14. A comprovação do treinamento ocorrerá mediante, no mínimo: (i) lista de presença assinada pelos participantes e pelo instrutor, com data, local e carga horária; e (ii) registro sucinto do conteúdo ministrado (programa/roteiro) e identificação do instrutor e da empresa responsável, podendo o Contratante solicitar documentos complementares caso necessário.

15.15. Para fins de acionamento de garantia/manutenção/assistência técnica, as solicitações do Contratante deverão ser formalizadas por escrito, com descrição do defeito, identificação do equipamento (modelo), evidências disponíveis (fotos, vídeos ou relatórios) e dados de contato para agendamento de retirada/coleta, quando cabível.

15.16. A Contratada deverá acusar o recebimento do chamado e informar o número de protocolo/ordem de serviço (quando existente), bem como orientar o procedimento de atendimento, em prazo razoável, de modo a permitir o acompanhamento pela fiscalização e a rastreabilidade do suporte prestado, sem prejuízo dos prazos de reparo/substituição já definidos no item de Garantia, manutenção e assistência técnica.

VII. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO

16. Forma de seleção

16.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento LICITATÓRIO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL (PREÇO GLOBAL DO KIT).

17. Justificativa de parcelamento ou aglutinação do objeto

17.1. A adjudicação será global, com fundamento no art. 40, §3º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, pois o objeto corresponde a solução completa e operacional de receptor GNSS RTK, cujos componentes são tecnicamente integrados e interdependentes. O fornecimento deve ocorrer de forma conjunta e compatível, assegurando a entrada imediata em operação, a plena funcionalidade do sistema e a responsabilização integral do fornecedor pelo desempenho do conjunto.

17.2. O parcelamento em itens distintos aumenta de forma relevante os riscos de: (i) incompatibilidade técnica entre componentes (interfaces, encaixes e compatibilidades funcionais); (ii) atrasos por entregas fracionadas, com impacto na realização de treinamento, testes e recebimento; (iii) dispersão de responsabilidades quanto à garantia, assistência técnica e suporte, dificultando a apuração de causa e a correção de falhas; e (iv) maior complexidade administrativa (multiplicação de propostas, análises, recebimentos e fiscalizações), sem evidência de ganho proporcional de vantajosidade.

17.3. Dessa forma, para preservar a integridade do objeto, reduzir riscos de atraso/insucesso e assegurar condições efetivas de operação e suporte, a contratação será realizada como item único (conjunto), com julgamento pelo menor preço do conjunto, conforme justificativa técnica detalhada no ETP.

VIII. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA

17.4. Serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima do orçamento estimado após todas as etapas de negociação.

18. Indicação de marcas de referência

18.1. Na presente contratação indicam-se as marcas/modelos de referência a seguir para que sirvam como parâmetro de classe tecnológica e desempenho esperado pela Administração, podendo ser apresentados produtos de qualidade equivalente ou superior, nos termos do art. 41, inciso I, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.2. A indicação das marcas/modelos de referência justifica-se pela necessidade de demonstrar, de forma objetiva, o padrão tecnológico, o nível de desempenho e as funcionalidades mínimas esperadas para atendimento das necessidades do DMAE, conforme fundamentação técnica constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP), especialmente quanto à precisão geodésica, estabilidade operacional, compensação de inclinação por IMU, robustez construtiva e interoperabilidade dos equipamentos e softwares.

Item	Marcas de Referência	Elementos a serem avaliados	Documento comprobatório	Inciso do art. 42 da NLLC
1	Trimble R980, Leica GS18T, GeoMax Zenith 60	Precisão RTK, compensação de inclinação, robustez, interoperabilidade e funcionalidades mínimas do sistema	Catálogo, ficha técnica, manual oficial ou documento equivalente do fabricante	Art. 41, I, “d”

19. Da exigência de carta de solidariedade

19.1. Caso o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar seja fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante ou pelo representante oficial da marca no Brasil, que assegure a execução do contrato, nos termos do art. 41, inc. IV da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que deverá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

19.2. A exigência se justifica pela necessidade de mitigar riscos de fornecimento de equipamentos sem suporte efetivo no Brasil, assegurando atendimento de garantia, assistência técnica, reposição de peças e continuidade operacional durante o ciclo de vida do objeto. A medida reforça a confiabilidade do fornecimento e a responsabilização do fornecedor, em consonância com a análise de riscos e com os requisitos de suporte pós-venda previstos no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que embasa esta contratação.

20. Apresentação de documentação técnica da proposta

20.1. As documentações técnicas da proposta abaixo serão avaliados pela área técnica do órgão Demandante responsável pela elaboração deste Termo, que manifestará pelo deferimento ou indeferimento de cada documento.

20.2. Havendo necessidade de esclarecimentos, a área técnica do órgão Demandante poderá solicitar a realização de diligências visando a complementação ou elucidação dos documentos de qualificação técnica.

20.3. Para fins de verificação objetiva do atendimento às especificações técnicas do objeto, o licitante deverá apresentar, junto à proposta/documentação técnica, documentos do próprio produto ofertado que permitam confirmar os requisitos deste Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar, contendo identificação inequívoca do modelo (marca, modelo, versão/variante quando houver). Serão aceitos, dentre outros, os seguintes documentos:

20.4. Ficha técnica (datasheet) e/ou manual do fabricante, ou do representante oficial, que descreva as características e especificações do modelo ofertado;

20.5. Catálogo técnico/comercial do produto, desde que apresente as especificações de forma clara e verificável para o modelo ofertado (sem ressalvas genéricas que impeçam a confirmação do atendimento);

20.6. Para o software, documentação do fabricante/fornecedor que comprove o tipo de licença (perpétua), e principais funcionalidades;

20.7. Para os acessórios, documentação técnica (manual, ficha, catálogo ou declaração) que identifique os itens do conjunto.

20.8. Não serão considerados suficientes, para fins de comprovação, materiais genéricos que não indiquem com precisão o modelo ofertado, nem documentos com cláusulas de ressalva do tipo “especificações podem variar” sem indicação objetiva da configuração efetivamente ofertada; nesses casos, a comprovação deverá ser complementada por documentação técnica adicional prevista no item 20.3.

20.9. Em caso de divergência entre documentos apresentados, prevalecerá a documentação técnica oficial do fabricante (manual/datasheet) ou declaração rastreável que esclareça a configuração ofertada, sem prejuízo das diligências previstas no item 20.2.

20.10. Considerando a necessidade de verificação objetiva das precisões declaradas pelo fabricante, especialmente quanto à precisão posicional em modo RTK e ao desempenho da compensação de inclinação por IMU, a Administração poderá solicitar documentação técnica adicional que comprove que os ensaios de desempenho do equipamento foram realizados conforme metodologia reconhecida internacionalmente.

20.11. Nos casos em que o modelo ofertado não corresponda aos modelos de referência utilizados no Estudo Técnico Preliminar ou não possua histórico consolidado de utilização em aplicações profissionais equivalentes, poderá ser solicitado documento do fabricante, relatório técnico ou certificação que comprove a realização de testes de desempenho conforme a ISO 17123-8 (Field procedures for testing GNSS field measurement systems) ou norma técnica equivalente.

20.12. A documentação apresentada deverá ser emitida pelo fabricante, por laboratório de testes ou por entidade técnica idônea, contendo identificação do modelo do equipamento e indicação da metodologia de ensaio utilizada.

IX. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

20.13. Para fins de habilitação, deverá o licitante atender aos itens a seguir.

20.14. Em caso de contratação de ME ou EPP cuja natureza do serviço vede o recolhimento na forma do SIMPLES NACIONAL nos termos do art. 17 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, a licitante deverá, nos moldes e prazos estabelecidos na Receita Federal, promover seu desenquadramento do Simples Nacional, na forma do art. 30, § 1º, inciso II, da mesma Lei.

21. Habilitação jurídica

21.1. Tendo em vista o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, os documentos de habilitação que não forem mencionados neste documento serão dispensados, considerando-se a complexidade do objeto e/ou a análise de risco.

21.2. Declaração de que atende aos requisitos do edital ou do aviso de contratação direta;

21.3. Declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

21.3.1. Nas licitações realizadas pelo ComprasGov, a declaração será prestada por registro no sistema; nos demais casos, deverá ser apresentada por meio de documento próprio.

21.4. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso, bem como o documento de habilitação jurídica conforme orientação dos itens a seguir;

21.4.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

21.4.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

21.4.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

21.4.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

21.4.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

21.4.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

21.4.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

21.4.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, que demonstre a constituição e o funcionamento da cooperativa com observância das regras estabelecidas da legislação aplicável, em especial a Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar Federal nº 130, de 17 de abril de 2009, acompanhada do registro de que trata, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

21.4.8.1. Em caso de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, com base na Instrução Normativa SEGES/ME nº 05/2017:

21.4.8.1.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei Federal nº 5.764, de 1971;

21.4.8.1.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

21.4.8.1.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

21.4.8.1.4. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

21.4.8.1.5. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; b) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; c) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

21.4.8.1.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei Federal nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

21.4.9. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto Federal nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

21.4.10. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

21.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

22. Habilitação fiscal, trabalhista e previdenciária

22.1. Prova de regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

22.2. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, conforme art. 195, §3º da CRFB/1988;

22.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

22.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

22.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

22.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

22.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

22.8. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

22.9. Declaração firmada pela Licitante, com amparo do art. 68, inciso VI Lei Federal nº. 14.133, de 2021, que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade, em trabalho de qualquer natureza, exceto na condição de menor aprendiz, a partir de 14 anos de idade.

22.10. Declaração firmada pela Licitante, com amparo do art. 63, inciso IV c/c art. 92, inciso XVII da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

22.11. Em caso de contratação custeada por recursos originados de transferências voluntárias da União, serão observados todos os requisitos das Instruções Normativas nº 116, de 2021 e 73, de 2022.

23. Qualificação Econômico-Financeira

23.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, conforme art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021, ou de sociedade simples.

23.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

23.3. Só será permitida a participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente, nos termos da Lei Federal nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

23.4. Se o licitante não for sediado no Estado de Minas Gerais, as certidões deverão vir acompanhadas de comprovação de que a certidão emitida contempla as ações relativas a falências, recuperação judicial e execução patrimonial.

23.5. A justificativa para a exigência dos documentos de qualificação econômico-financeira acima é mitigar o risco de inadimplemento e assegurar que o fornecedor possua condições econômico-financeiras mínimas para cumprir integralmente as obrigações contratuais, especialmente quanto ao fornecimento do kit completo, entrega dentro do prazo, treinamento presencial e atendimento das responsabilidades de garantia, manutenção e assistência técnica, preservando a continuidade das atividades administrativas e a adequada aplicação dos recursos públicos.

X. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.6. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei Orçamentária Anual 2026 relativa ao exercício financeiro vigente:

23.6.1. 1701 17 122 18 1 128 4 4 9 0 52 - Equipamentos e Material Permanente - Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica

Uberlândia, 29 de maio de 2026.



Documento assinado digitalmente

NICHOLAS LINO VIEIRA MOTA

Data: 29/05/2026 14:51:44-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nicholas Lino Vieira Mota
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

MATHEUS

ALEXANDRE SEGATE

FREITAS:111129386

48

Assinado de forma
digital por MATHEUS

ALEXANDRE SEGATE

FREITAS:11112938648

Dados: 2026.05.29

15:25:09 -03'00'

Matheus Alexandre Segate Freitas
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA



Documento assinado digitalmente

LUIZ HENRIQUE FERREIRA DE ATHAYDES

Data: 29/05/2026 16:34:58-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luiz Henrique Ferreira de Athaydes
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

XI. APÊNDICE I – TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, _____ declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº ____/20__, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Uberlândia-MG, __ de _____ de 20__.

XII. APÊNDICE II – ESTUDO DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

1. Diretrizes Gerais

A presente Matriz de Alocação de Riscos foi elaborada em conformidade com o art. 22, §1º e art. 103 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como em observância às diretrizes institucionais de gestão de riscos estabelecidas pela Controladoria-Geral do Município, especialmente no que se refere à Declaração de Apetite a Riscos.

A alocação observa o princípio da atribuição do risco à parte que detenha melhores condições técnicas, operacionais ou jurídicas de preveni-lo, mitigá-lo ou absorver seus efeitos.

Para a presente contratação, considera-se:

- Baixo apetite institucional para risco técnico
- Baixo apetite para risco de indisponibilidade operacional
- Nenhum apetite para risco de fornecimento incompleto ou sem suporte técnico nacional
- Moderado apetite para riscos administrativos controláveis

2. Riscos de Planejamento

2.1. Especificação técnica insuficiente ou ambígua

- Natureza: Técnica / Planejamento
- Alocação: Administração
- Mitigação: Fundamentação técnica detalhada no ETP; definição objetiva de requisitos mínimos; exigência de documentação oficial do fabricante; verificação por checklist no recebimento.

2.2. Subdimensionamento do conjunto

- Natureza: Operacional
- Alocação: Administração
- Mitigação: Definição expressa de conjunto completo no Termo de Referência; quantitativos mínimos obrigatórios; exigência de compatibilidade integral entre os componentes.

2.3. Estimativa orçamentária inadequada

- Natureza: Orçamentária
- Alocação: Administração
- Mitigação: Pesquisa formal de preços; análise comparativa de mercado; registro nos autos.

3. Riscos de Seleção do Fornecedor

3.1. Proposta com documentação técnica genérica ou inconsistente

- Natureza: Técnica
- Alocação: Contratada
- Mitigação: Exigência de manual/datasheet oficial; identificação inequívoca de modelo; diligência técnica; desclassificação quando cabível.

3.2. Fornecimento por revendedor sem respaldo do fabricante

- Natureza: Operacional / Suporte
- Alocação: Contratada
- Mitigação: Exigência de comprovação de assistência técnica nacional autorizada ou documentação do fabricante/representante que comprove suporte técnico ao produto

3.3. Proposta com preço inexecutável

- Natureza: Econômico-financeira
- Alocação: Contratada
- Mitigação: Análise de exequibilidade; diligências; desclassificação conforme Lei nº 14.133/2021.

4. Riscos Técnicos do Equipamento

4.1. Não atingimento da precisão RTK especificada

- Natureza: Técnica
- Alocação: Contratada
- Mitigação: Verificação documental das especificações; exigência de documentação técnica do fabricante; possibilidade de solicitação de documentação técnica adicional ou comprovação de testes conforme normas técnicas aplicáveis.

4.2. Desempenho inadequado do sistema de compensação de inclinação (IMU)

- Natureza: Técnica
- Alocação: Contratada
- Mitigação: Exigência de especificações mínimas de compensação de inclinação; comprovação por documentação técnica oficial; verificação funcional durante testes operacionais.

4.3. Incompatibilidade entre receptor GNSS, coletor de dados e softwares

- Natureza: Técnica
- Alocação: Contratada
- Mitigação: Adjudicação do objeto como conjunto; responsabilização integral pelo funcionamento do conjunto; exigência de compatibilidade entre hardware e software.

4.4. Software de campo ou de escritório não atender às funcionalidades mínimas

- Natureza: Técnica
- Alocação: Contratada
- Mitigação: Exigência expressa no TR; comprovação documental da funcionalidade.

4.5. Ausência de registro GNSS bruto para pós-processamento

- Natureza: Técnica
- Alocação: Contratada
- Mitigação: Exigência expressa no Termo de Referência; comprovação documental da funcionalidade.

4.6. Descontinuidade do software ou perda de licença

- Natureza: Técnica / Operacional
- Alocação: Contratada
- Mitigação: exigência de licença perpétua ou garantia de continuidade do software.

5. Riscos Operacionais

5.1. Atraso na entrega do KIT completo

- Natureza: Operacional
- Alocação: Contratada
- Mitigação: Prazo contratual definido; aplicação de sanções administrativas.

5.2. Entrega incompleta ou divergente das especificações

- Natureza: Técnica
- Alocação: Contratada
- Mitigação: Conferência por checklist; recusa do recebimento definitivo até regularização.

5.3. Falha durante período de garantia

- Natureza: Operacional
- Alocação: Contratada
- Mitigação: Garantia mínima de 12 meses; manutenção corretiva; substituição de peças; responsabilidade pelo transporte.

5.4. Indisponibilidade prolongada do equipamento

- Natureza: Operacional
- Alocação: Contratada (durante garantia)
- Mitigação: Prazo máximo para reparo; possibilidade de contratação de terceiro com reembolso.

5.5. Atraso na entrega decorrente de logística ou importação

- Natureza: Operacional / Logística
- Alocação: Contratada
- Mitigação: Prazo contratual definido; responsabilidade do fornecedor pela cadeia logística.

6. Riscos Regulatórios e de Conformidade

6.1. Equipamento sem homologação ANATEL

- Natureza: Regulatória
- Alocação: Contratada
- Mitigação: Exigência de comprovação documental de conformidade.

7. Riscos Econômico-Financeiros

7.1. Oscilação cambial afetando custo do fornecedor

- Natureza: Econômica
- Alocação: Contratada
- Mitigação: Risco empresarial ordinário.

7.2. Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro sem fundamento legal

- Natureza: Contratual
- Alocação: Contratada
- Mitigação: Aplicação dos critérios do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

8. Riscos de Capacitação e Transferência de Conhecimento

8.1. Treinamento insuficiente ou incompleto

- Natureza: Operacional
- Alocação: Contratada
- Mitigação: Treinamento presencial obrigatório; lista de presença; registro do conteúdo ministrado.

8.2. Subutilização do equipamento por falha de capacitação

- Natureza: Operacional
- Alocação: Compartilhada
- Mitigação: Acompanhamento técnico pela fiscalização; registro formal do treinamento.

9. Critério Geral de Alocação

Não serão transferidos à Contratada riscos decorrentes exclusivamente de falhas de planejamento imputáveis à Administração.

Não serão assumidos pela Administração riscos técnicos, operacionais ou empresariais inerentes à fabricação, fornecimento, compatibilidade, homologação, suporte ou garantia do equipamento e do software integrante do KIT.

A presente matriz integra o instrumento contratual e orientará a interpretação das responsabilidades das partes diante de eventos supervenientes.

XIII. APÊNDICE III – IMAGENS DE REFERÊNCIA

As imagens a seguir são apresentadas exclusivamente como apoio visual, com a finalidade de facilitar o entendimento dos itens que compõem o objeto e de sua forma geral de uso/installação. Não constituem especificação técnica, nem definem ou restringem marca, modelo, família, dimensões, materiais, design, acessórios específicos ou quaisquer características particulares do produto.

A avaliação de conformidade da proposta e do fornecimento será realizada com base nas especificações e requisitos estabelecidos no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar (ETP), independentemente das ilustrações aqui exibidas.

Receptor GNSS RTK de categoria profissional:



Coletora de dados:



Baterias:



Carregadores duplo:



Bastão de fibra de carbono:



Mini bastão:



Tripé de alumínio:



Engate do bastão para o coletor de dados:



Maleta de transporte:



Nome Arquivo: 01 Estudo Tecnico Preliminar e Termo de Referencia.pdf

**Documento assinado de forma digital por MATHEUS ALEXANDRE SEGATE FREITAS
11112938648**

Certificado: **b027a6b8***74cac899**48670*****40eee**

Data Validade: 30/07/2026

Data: 29/05/2026 16:28:22



ASSINATURA DIGITAL

291ed1755e02013acd054018a8d43b04

ANEXO 03

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS 1838/2026

O presente relatório é resultado da pesquisa de preços a seguir discriminada, em cumprimento ao determinado na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023, e em conformidade com a Instrução Normativa SEGES – ME nº 65, de 07 de julho de 2021.

1 - OBJETO: CONJUNTO DE RECEPTOR COM ANTENA 90-2150MHZ.

2 - PERÍODO DE REALIZAÇÃO: de 13 de março 2026 a 23 de abril 2026 com consolidação de orçamento em 23 de abril 2026.

3 - METODOLOGIA APLICADA: o valor de referência foi aferido por meio de:

☐ Média ☒ Mediana ☐ Menor Preço ☐ Outra:

O método acima foi escolhido pois está em conformidade com a análise feita no mapa de contratações públicas.

4 - ANÁLISE DA PESQUISA: Após análise detalhada dos preços obtidos, eliminadas as discrepâncias chegou-se ao:

A fundamentação adotada observa o disposto no Decreto Municipal nº 20.154/2023, no seu artigo 62, § 1º, baseado na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as recomendações do Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do STJ e o entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.445/2015), que disciplinam as diretrizes para pesquisa e formação de preços na Administração Pública.

Após as amostragens dos valores apresentados para este certame, pelas fontes de pesquisas de preços em consonância ao entendimento do TCU, por meio do Acórdão supracitado, para formação dos valores estimados, chegaram-se aos resultados das análises de pesquisas de preços obtidos:

Método matemático aplicado:

1ª Análise - A média saneada é utilizada para definir um intervalo para desconsideração de valores inexequíveis ou com sobrepreço.

2ª Análise - O coeficiente de variação é utilizado para escolha de média ou mediana na definição do preço estimado após a desconsideração de valores inexequíveis ou com sobrepreço, sendo indicado a média quando o coeficiente apresentar percentual igual ou inferior a 25% e, quando for superior a 25% recomenda-se o uso da mediana.

Fonte: Orientações e Jurisprudências do TCU, 5ª edição, atualizado em 29/08/2024, pág. 348-358 (<https://portal.tcu.gov.br/publicacoes-institucionais/cartilha-manual-ou-tutorial/licitacoes-e-contratos-orientacoes-e-jurisprudencia-do-tcu>).

DESVIO PADRÃO - MÉDIA SANEADA INTERVALO DEFINE – INEXEQUÍVEL E SOBREPREGO – COEFICIENTE DE VARIAÇÃO: MÉDIA E MEDIANA – anexo planilha no mapa de cotação nos autos desse processo.

CRITÉRIOS DE DEFINIÇÕES DE ANÁLISES DE EXCLUSÃO DE VALORES

Valores dos participantes deste certame considerados prováveis INEXEQUÍVEIS de acordo com a amostragem apresentada na planilha da MÉDIA SANEADA que estão fora do intervalo calculado (LI): N/A

Valores dos participantes deste certame considerados prováveis SOBREPREÇOS de acordo com a amostragem apresentada na planilha da MÉDIA SANEADA que estão fora do intervalo calculado (LS): N/A

CRITÉRIOS DE DEFINIÇÕES DE ANÁLISES DE ESCOLHA DOS VALORES ESTIMADOS

Nos termos do art. 62, § 4º, do Decreto Municipal nº 20.154/2023, excepcionalmente admite-se a formação do preço estimado com menos de três orçamentos, desde que devidamente justificada e ou § 1º poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo agente responsável e aprovados pela autoridade competente.

A escolha do critério dos valores com base na MEDIANA, (para o item: 1 cujo julgamento de escolha está apresentado na planilha MÉDIA SANEADA coluna título “MÉTODO”) justifica-se pela busca de maior equilíbrio e representatividade nos valores apresentados neste certame. A mediana é um método estatístico que minimiza o impacto de valores extremos, garantindo que o valor escolhido seja mais próximo da realidade do mercado.

Apesar das tentativas formais de obtenção de cotações junto a fornecedores, identificaram-se as seguintes limitações:

Fornecedores não demonstraram interesse ou não responderam às solicitações por vias de e-mails e ou whatsapp, empresas apresentaram propostas incompletas ou sem os requisitos previsto no artigo 23, § 4º Lei 14.133/21, (Este artigo fundamenta a aceitação de propostas escassas ou a dificuldade de obtenção de orçamentos devido a "complexidades e particularidades"), parte do(s) objeto(s) ou serviço(s) não atenderam especificidades técnicas contidas neste Termo de Referência, baixa disponibilidade no mercado, inexistência de marcas, complexidades e particularidades que restringem a oferta. Também vale ressaltar, que é essencial para esta contratação atender aos princípios de transparência e legalidade, entre as razões aceitáveis estão: adversidades, particularidades, marcas e complexidades das especificações do objeto(s) ou serviço(s).

Todas as tentativas e negativas encontram-se anexadas aos autos, bem como as pesquisas de Editais, internet e última compra (DMAE).

RESSALVAS:

Verificou-se que parte dos fornecedores não apresentaram orçamentos em conformidade com o art. 63, III, do Decreto Municipal nº 20.154/2023 (identificação completa, data, CNPJ/CPF, contatos etc.). Tal fato decorre frequentemente de desconhecimento das exigências legais, falta de estrutura administrativa e desinteresse em participar de processos públicos. Mesmo assim, o setor responsável registrou todas as tentativas formais, garantindo boa-fé administrativa e cumprimento dos §§ 3º e 4º do art. 63 do referido Decreto.

RESPONSABILIDADE TÉCNICA

As especificações técnicas do(s) objeto(s) e ou serviço(s) contidos nos orçamentos, ETP e TR são de responsabilidade da área demandante, com certificação e validação da Unidade de Compras.

Somente os valores utilizados no mapa de cotação compõem os valores estimados. Os demais valores não aproveitados permanecem anexados aos autos para garantir rastreabilidade, conforme determina o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que, os valores estimados foram definidos com base em métodos reconhecidos como: Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do STJ e o entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.445/2015), em conformidade com artigo 62, § 1º do Decreto Municipal 20.154/23, poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos, pelo agente responsável e aprovado pela autoridade competente, adequados e devidamente fundamentados, o mapa de cotação está alinhado com a legislação vigente e com as orientações dos órgãos de controle, as limitações encontradas na obtenção de cotações foram justificadas e registradas, os critérios adotados garantem economicidade, vantajosidade, transparência e segurança técnica ao processo. Assim, opino favoravelmente pela validação dos valores estimados e pela regularidade do procedimento, permitindo o prosseguimento da contratação.

Preço de Referência Unit.	
Conjunto profissional de posicionamento GNSS RTK, composto por 2 receptores e acessórios, completo e pronto para uso.	R\$ 181.520,00 (CENTO E OITENTA E UM MIL QUINHENTOS E VINTE REAIS)

Nome Arquivo: 3. RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS.pdf

Documento assinado de forma digital por Luiz Henrique Ferreira de Athaydes

Certificado: **IBljANBg***wT9k79p/**/0qXI*****DAQAB**

Data: 09/06/2026 15:27:49

Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda

Certificado: **IBljANBg***vAxhEFr1**15B/J*****DAQAB**

Data: 09/06/2026 16:55:04



20261378577PA/PAG

ANEXO 04

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Processo Licitatório nº 095/2026	Proposta de Preços “Menor Preço” – GLOBAL	Modalidade Pregão Eletrônico
O DMAE, nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023 e demais normas pertinentes, torna público que será aberto o Processo Licitatório em epígrafe no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br .		
Data da Expedição: Conforme assinatura eletrônica.	A sessão pública será realizada na data e horário definidos no aviso/extrato do edital, no sítio: https://www.gov.br/compras/pt-br	
Razão Social	CNPJ	
Endereço (Bairro, CEP, etc.)	Inscrição Estadual	
Cidade/UF	Telefone/Fax E-mail	
E-mail corporativo para recebimento dos documentos da licitação:		
OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de Receptores GNSS RTK de categoria profissional , em atendimento à Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como nas especificações abaixo:		

Item	Qtde	Un	Descrição Item	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	1	UN	Conjunto profissional de posicionamento GNSS RTK, composto por 2 receptores e acessórios, completo e pronto para uso			

Valor total: R\$ _____ (_____)

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente deste processo licitatório, instaurado pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE, que:

- 1- Aceitamos plena, total e expressamente os termos e condições do Edital, em todas as fases da licitação, e ainda assumimos inteira responsabilidade pela veracidade de cada um dos documentos apresentados, como também pela anuência das declarações na fase do credenciamento específico para este pregão, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- 2 - Nos preços propostos estão inclusos todos os impostos, taxas e todas as demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação objeto da licitação em referência.
- 3 - Estamos cientes que o DMAE procederá à fiscalização da entrega dos itens, em caso de rejeição, os mesmos serão substituídos às custas da contratada;
- 4 – Manteremos a proposta pelo prazo de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de apresentação da proposta, sob pena das sanções previstas na *Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores*;
- 5 - Que se vencedora da licitação, na vigência do contrato, será a única responsável perante terceiros, pelos atos praticados, por seus empregados, eximindo o DMAE de quaisquer reclamações e indenizações, sendo de sua total responsabilidade cível o ressarcimento público, danos que vier a causar ao patrimônio público;
- 6 - Submetemo-nos às condições de faturamento, pagamento e outros conforme definido no Termo de Referência;
- 7-Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na **Lei n. 8.078 – Código de Defesa do Consumidor**, enquanto fornecedora do equipamento sem prejuízo das demais legislações vigentes;

8 - O licitante concorda que o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 5º inc. XII, 7º inc. I, 11 e 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

Assinatura da licitante:	Data:
Nome:	RG/CPF:

DADOS BANCÁRIOS

Os dados bancários para efeito de pagamento deverão ser da licitante inscrita no CNPJ/MF e endereço fornecido na documentação de habilitação e proposta, não sendo possível a substituição dos mesmos.

Banco	Código Banco
Agência	Conta Corrente
Operação (se na Caixa)	Corrente/Poupança

DADOS DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA

Dados para identificação do(s) representante(s) legal(ais) da empresa que assinará(ão) o termo de Contrato, conforme consta no Contrato Social ou Procuração (se for anexar a mesma), caso esta empresa seja a vencedora do referido certame licitatório. O termo de Contrato incluirá apenas o nome completo e cargo do representante legal.

Nome:	Profissão:
Nacionalidade:	Estado Civil:
Identidade/Órgão/Data emissão:	CPF/MF:
Endereço completo:	Cidade:
Cargo/função:	

Nome Arquivo: 4. MODELO DE PROPOSTA.pdf

Documento assinado de forma digital por Luiz Henrique Ferreira de Athaydes

Certificado: **IBljANBg***wT9k79p/**/0qXI*****DAQAB**

Data: 09/06/2026 15:27:49

Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda

Certificado: **IBljANBg***vAxhEfr1**15B/J*****DAQAB**

Data: 09/06/2026 16:55:04



20261378577PA/PAG

ANEXO 05

MINUTA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL PARA AQUISIÇÃO DE RECEPTORES GNSS RTK QUE ENTRE SI CELEBRAM O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº

CLÁUSULA PRIMEIRA - PARTES E FUNDAMENTO

1.1. CONTRATANTE: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - DMAE, com sede nesta cidade de Uberlândia, na Avenida Rondon Pacheco nº 6400, Bairro Tibery, inscrito no CNPJ sob nº 25.769.548/0001-21, neste ato representado pelo **Diretor-Geral, Rodrigo Sávio Couto de Lacerda** (no uso de suas atribuições legais, por delegação de poderes na forma do Decreto s/nº publicado no DOM nº 7060 de 10 de março de 2025 e pelo Decreto nº 21.567 de 1º de janeiro de 2025 e alterações posteriores) e pelo **Diretor de Planejamento e Gestão Estratégica, Luiz Henrique Ferreira de Athaydes** (no uso de suas atribuições legais, na forma da Portaria nº 243 publicada no DOM nº 6583 de 01 de abril de 2023), ambos brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade.

1.2. CONTRATADO:

1.3. FUNDAMENTO: A presente contratação decorre da Licitação Pregão Eletrônico nº 095/2026, homologada em __/__/__, fundamentada na Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023 e demais normas pertinentes, bem como pelas disposições contidas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E PREÇOS

2.1. Contratação de empresa para aquisição de Receptores GNSS RTK de categoria profissional, em atendimento à Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

2.2. Objeto da contratação:

Item	Qtde	Un	Descrição Item	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	1	UN	Conjunto profissional de posicionamento GNSS RTK, composto por 2 receptores e acessórios, completo e pronto para uso			

2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1. O Termo de Referência da Requisição nº 1838/2026;

2.3.2. O Edital da Licitação ou instrumento de contratação direta equivalente;

2.3.3. A Proposta do contratado;

2.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2.4. Em caso de divergência entre este instrumento e as disposições do Termo de Referência, prevalecerá o disposto no Termo de Referência.

2.5. O valor total/global da contratação é de R\$... (...).

2.6. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.7. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos, com observância dos valores unitários definidos na proposta comercial da empresa.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.2. Em se tratando de contratação que estabeleça a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento;

3.2.1. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante apostilamento.;

3.2.2. Os casos de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão de contrato deverão ser devidamente formalizados e motivados através de Termo de Suspensão indicando a data de suspensão do cronograma de execução;

3.3. A eficácia do contrato se opera a partir da publicação do mesmo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

3.4. A execução contratual só poderá se iniciar após a publicação referida no subitem anterior.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO

4.1. O regime de execução contratual, assim como o cronograma de execução do objeto constam no Termo de Referência anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. O preço definido no instrumento contratual será fixo e irreajustável pelo período de (um) ano, contados da data da consolidação do orçamento estimado ou da data da alteração de sua data-base.

6.2. É facultado o reajuste em sentido estrito, a pedido da contratada, contemplando a variação do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, após 1 (um) ano da data da consolidação do orçamento estimado ou da data de alteração do preço da ata de registro de preços com reflexo no contrato, devendo o pedido ser formulado antes do advento da data base referente ao reajuste subsequente, sob pena de o silêncio ser interpretado como renúncia presumida.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.4.1. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.4.2. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

6.6. Os efeitos financeiros do reajuste em sentido estrito serão devidos a partir da solicitação da contratada;

6.7. Caso a solicitação seja feita no prazo de até 30 (trinta) dias após o advento da data base, ou seja, do fato gerador do direito ao reajuste, os efeitos financeiros retroagirão à data do fato gerador ao direito.

6.8. Não serão considerados e/ou admitidos pedidos de reajuste protocolados antes da implementação da data base, ou seja, do fato gerador do direito ao reajuste.

6.9. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros da data base do reajuste anterior.

6.10. A data de consolidação do orçamento é: **23/04/2026**

6.11. Havendo reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ou alteração do preço da ata de registro de preços com reflexo no contrato, ocorrerá a modificação da data-base, passando a mesma a coincidir com a data de concessão do reequilíbrio, sendo que os próximos reajustamentos anuais serão considerados a partir de então.

6.12. A Contratada poderá solicitar o reajuste a qualquer tempo durante a vigência do contrato, até a data da prorrogação de sua vigência, observado o disposto no subitem nº 6.2 deste Termo.

6.13. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste e/ou reequilíbrio solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

6.14. Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo ou sem qualquer ressalva quanto à posterior análise do reajuste pela Administração, ocorrerá a preclusão do direito.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Além das obrigações específicas eventualmente previstas no Termo de Referência, as partes deverão se submeter às seguintes obrigações gerais.

7.2. São obrigações do Contratante:

7.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.2.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, fixando prazo para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

7.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.2.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

7.2.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, Edital e seus anexos;

7.2.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei, neste Contrato, no Edital e seus anexos;

7.2.8. Cientificar o órgão de representação judicial, quando for o caso, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.2.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive sobre eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

7.2.9.1. Deverá ser observado o prazo de 01 (um) mês, contado da data do protocolo do requerimento, fixado no art. 112 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, caso não haja disposição legal ou prazo específico estabelecido no Termo de Referência, sendo admitida a prorrogação uma vez, por igual período, desde que motivado;

7.2.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando for o caso.

7.2.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, do Edital e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.2. Entregar o objeto nas quantidades, prazos e condições pactuadas, acompanhado do manual, folders, catálogo, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

8.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990);

8.1.4. Comunicar ao contratante, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso não tenha sido fixado prazo diverso no Termo de Referência;

8.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.8. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação.

8.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os documentos que atestem a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista, conforme rol de requisitos de habilitação previstos no processo de origem da contratação, sendo: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, se for o caso; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado, se for o caso; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, se for o caso; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, se for o caso;

8.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.1.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quando não for definido prazo diverso no Termo de Referência, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

8.1.12. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021);

8.1.13.1. Quando solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021);

8.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inc. II, alínea “d”, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

8.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

8.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência, se for o caso;

8.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato, quando aplicável;

8.1.19. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

8.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência ou instrumento congênere.

8.1.21. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

8.1.22. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

8.1.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

8.1.24. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

8.1.25. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não há previsão de garantia de execução no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. Além do previsto neste termo, os procedimentos a serem adotados nos processos de liquidação e pagamento deverão observar o disposto na Portaria Conjunta SMF/CGM nº 19, de 13 de setembro de 2023.

10.2. Recebimento do Objeto

10.2.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.2.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.2.3. O recebimento definitivo deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.2.3.1. Nos termos dos arts. 12 e 14 da Instrução Normativa SMF nº 01, de 09 de janeiro de 2024, o órgão contratante (unidade gestora) deverá providenciar toda documentação necessária e atestar o cumprimento do objeto contratual, mediante requisição de liquidação, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, a fim de que o setor competente adote os trâmites finais para liquidação da despesa, em até 2 (dois) dias úteis.

10.2.4. Para os itens de contratação cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será reduzido pela metade.

10.2.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.2.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.2.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.2.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.2.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem, estabelecidas nas normas de execução, correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

10.3. Liquidação

10.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 125, § 4º do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

10.3.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.3.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão contratante;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar; e
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.3.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.3.5. Haverá retenção na fonte do imposto de renda – IR, nos termos do Decreto Municipal nº 20.086/2022 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, inclusive no que se refere às isenções.

10.3.6. As notas fiscais deverão ser emitidas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 20.086/2022, sob pena de não aceitação por parte do contratante.

10.3.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006 não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.3.8. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.3.9. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.3.10. Constatando-se, junto ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.3.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.3.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à aplicação das sanções administrativas cabíveis e, se for o caso, a rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.3.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.4. Prazo de pagamento

10.4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa e consequente assinatura da ordem de pagamento pela autoridade competente, conforme seção anterior, nos termos do art. 125, inciso II do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

10.4.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.4.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

sendo:

I – Índice de Compensação Financeira, capitalizado diariamente em regime de juros simples, à taxa nominal de 6,0% (seis por cento) ao ano, ou de 0,5% (meio por cento) ao mês.

Cálculo do parâmetro “I”

$$I = (TX/100) / 365 = (6/100) / 365 = 0,00016438.$$

$$TX = 6,0\% \text{ a.a.}$$

VP = Valor do pagamento, ou da parcela em atraso.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

10.5. Forma de pagamento

10.5.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista nas legislações aplicáveis e conforme previsto neste documento.

10.5.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.5.5. Não serão retidos os valores correspondentes ao IR, conforme hipóteses do art.4º, IN 1.234/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CESSÃO DE CRÉDITO

11.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

11.2. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante.

11.3. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

11.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

11.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

11.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.5. Após a assinatura do contrato ou emissão do instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

12.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada pelo(s) gestor(es) e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, designados conforme o Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023.

12.7. A fiscalização (administrativa e/ou técnica) de que trata o modelo de gestão do contrato não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

12.8. Da fiscalização

12.8.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, com observância das competências traçadas no art. 23 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, e demais disposições deste instrumento.

12.8.2. A fiscalização técnica e administrativa poderá ser centralizada em único servidor ou dividida, a interesse do órgão contratante, devendo, neste último caso, constar delimitação de competências no ato de designação.

12.9. Fiscalização Técnica

12.9.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

12.9.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.9.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

12.9.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

12.9.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

12.9.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

12.10. Fiscalização Administrativa

12.10.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

12.10.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

12.11. Gestão contratual

12.12. Cabe ao gestor do contrato:

12.12.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

12.12.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

12.12.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

12.12.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

12.12.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

12.12.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

12.12.7. enviar a documentação pertinente ao competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

12.12.8. Observar as demais competências estabelecidas no art. 22 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, aplicáveis à contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

13.1. A CONTRATADA declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação, dentre elas, a Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013) e o Decreto Municipal nº 18.389/2019 e se compromete a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por ela contratados.

13.2. As Partes declaram que manterão até o final da vigência deste contrato conduta ética, honesta e transparente na execução do objeto do presente instrumento.

13.3. A CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato:

13.3.1. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

13.3.2. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados;

13.3.3. Não empregar, direta ou mediante contrato de serviços ou qualquer outro instrumento, trabalho escravo ou infantil, salvo as exceções legalmente admitidas;

13.3.4. Participar de todos e quaisquer treinamentos eventualmente oferecidos pela CONTRATANTE que sejam relativos a qualquer aspecto que consta da lei anticorrupção ou políticas internas de integridade da CONTRATANTE.

13.4. A CONTRATADA se obriga a comunicar imediatamente a CONTRATANTE, por escrito, caso tome conhecimento de que algum pagamento impróprio tenha sido realizado, direta ou indiretamente, por um de seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Caracteriza infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

14.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

14.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e, ainda, por qualquer outro descumprimento de cláusula editalícia, contratual ou da legislação referente a licitações e contratações públicas.

14.3. Na aplicação das sanções, além das disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverão ser observados os procedimentos dispostos no Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

14.4. Aplica-se o disposto, sobre infrações administrativas, às licitações, às contratações diretas e procedimentos auxiliares, naquilo que for aplicável.

14.5. Na aplicação das sanções, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a natureza e a gravidade da infração, os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários, a vantagem auferida em virtude da infração, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.

14.6. Aplica-se o disposto neste item às licitações, contratações diretas e procedimentos auxiliares, naquilo que for aplicável.

14.7. Os licitantes ou contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos às penalidades descritas no artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quais sejam:

14.7.1. advertência;

14.7.2. multa;

14.7.3. impedimento de licitar e contratar;

14.7.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.8. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

14.8.1. descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave, tais como, o atraso na entrega de produto, serviços e etapas de obras, e situações de natureza correlatas, independentemente da aplicação da multa;

14.8.2. inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, e situações de natureza correlatas, a critério da Administração Pública, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

14.8.3. Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração Pública.

14.9. O licitante ou contratado que, injustificadamente, descumprir a legislação ou cláusulas editalícias ou contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos nos contratos ou sua inexecução total ou parcial, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

14.9.1. Multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega de bem ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

14.9.1.1. A aplicação de multa moratória não impedirá que a autoridade julgadora, mediante ato motivado, a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste termo.

14.9.2. Multa administrativa/compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta em caso de recusa do licitante ou futuro contratado em assinar a Ata de Registro de Preços ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente.

14.9.3. Multa administrativa/compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação ou para a contratação direta, na hipótese de o licitante ou futuro contratado retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir de preceito normativo ou as obrigações assumidas, nos casos seguintes:

- 14.9.3.1.** Deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;
- 14.9.3.2.** Desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela administração;
- 14.9.3.3.** Tumultuar a sessão pública da licitação;
- 14.9.3.4.** Descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;
- 14.9.3.5.** Propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- 14.9.3.6.** Deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao cadastro de fornecedores do município, dentro do prazo concedido pela administração pública, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo respectivo órgão ou entidade da administração pública municipal;
- 14.9.3.7.** Deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da lei complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;
- 14.9.3.8.** Propor impugnações ou pedidos de esclarecimentos repetitivos e que já tenham sido respondidos, tumultuando a abertura do processo licitatório; e
- 14.9.3.9.** Outras situações de natureza correlatas.
- 14.9.4.** Multa administrativa/compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:
- 14.9.4.1.** Deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
- 14.9.4.2.** Permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- 14.9.4.3.** Deixar de regularizar, no prazo definido pela administração pública municipal, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- 14.9.4.4.** Deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- 14.9.4.5.** Não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
- 14.9.4.6.** Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;

14.9.4.7. Utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

14.9.4.8. Tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

14.9.4.9. Deixar de fornecer equipamento de proteção individual - epi, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

14.9.4.10. Deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração pública municipal;

14.9.4.11. Deixar de repor funcionários faltosos;

14.9.4.12. Deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

14.9.4.13. Deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

14.9.4.14. Deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

14.9.4.15. Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

14.9.4.16. Outras situações de natureza correlatas.

14.9.5. Multa administrativa/compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta, na hipótese de o contratado entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

14.9.5.1. No caso de prestações continuadas, a multa prevista nesta hipótese será calculada sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida.

14.9.6. Multa administrativa/compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou da Ata de Registro de Preços, quando o contratado ou fornecedor registrado der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.

14.9.7. A multa deverá ser recolhida administrativamente no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do envio da notificação do órgão sancionador.

14.9.8. Os débitos do Contratado para com a Contratante, resultantes das hipóteses de multa previstas neste instrumento, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos decorrentes de contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ou entidade sancionadora.

14.9.9. O pedido de compensação poderá ser formalizado pelo interessado, sem prejuízo da possibilidade de a Administração fazê-lo de ofício, acompanhado da relação dos contratos vigentes que serão objeto de compensação do valor do débito pretendido, e submetido à análise do órgão ou entidade contratante, que, deferindo o pedido, terá caráter definitivo.

14.9.10. Na hipótese de deixar o licitante ou contratado de pagar a multa aplicada a tempo e o modo devidos, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

14.9.10.1. Se a multa aplicada for superior ao valor das faturas subsequentes ao mês do inadimplemento, responderá o licitante ou contratado pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e acrescida de juros e encargos legais, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários do Município ou cobrados judicialmente;

14.9.10.2. Inexistindo faturas subsequentes ou sendo estas insuficientes, descontar-se-á do valor da garantia;

14.9.10.3. Impossibilitado o desconto a que se refere o inciso II do caput deste artigo, será o crédito correspondente inscrito em dívida ativa.

14.9.11. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias contínuos será considerado como inexecução total do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, devendo os instrumentos respectivos serem rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente motivadas no ato do respectivo órgão ou entidade da Administração Pública Municipal contratante.

14.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

14.10.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.10.1.2. der causa à inexecução total do contrato;

14.10.1.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.10.1.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.10.1.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.10.1.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.10.1.7. outras situações de natureza correlatas.

14.10.2. Considera-se inexecução total do contrato:

14.10.2.1. recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; ou

14.10.2.2. recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública.

14.10.3. Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual, o adjudicatário ou contratado será notificado para apresentar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da publicação ou ciência, a justificativa para o descumprimento do contrato.

14.10.4. A justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação; e a apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, mediante ato motivado, apresentará manifestação e submeterá à decisão da autoridade superior competente.

14.10.5. Rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre o encaminhamento para a instauração do processo para a apuração de responsabilidade, salvo quando não for ele a autoridade instauradora e julgadora.

14.10.6. Preliminarmente ao encaminhamento à instauração do processo para a apuração de responsabilidade poderá a autoridade máxima do órgão ou entidade conceder prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da publicação ou da ciência, para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

14.10.7. A sanção impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Uberlândia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos a contar da sua inscrição no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.

14.11. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

14.11.1.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

14.11.1.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.11.1.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.11.1.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.11.1.5. praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

14.11.1.6. outras situações de natureza correlatas

14.11.2. A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento aos órgãos de controle da Administração Pública competentes e, quando couber, à Controladoria-Geral do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.

14.11.3. A sanção de inidoneidade aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Uberlândia, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

14.12. A apuração de responsabilidade por infrações passíveis das sanções de advertência se dará em processo administrativo sumaríssimo, facultando-se a defesa do licitante ou contratado no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da ciência.

14.13. A apuração de responsabilidade por infrações passíveis da sanção de multa, ou advertência e multa, se dará em processo administrativo sumário, facultando-se a defesa do licitante ou contratado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação ou ciência.

14.14. A aplicação das sanções impedimento e inidoneidade, conforme o artigo 132 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, requererá a instauração de processo de responsabilização, de que trata o artigo 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a ser conduzido por Comissão Processante, permanente ou designada pela autoridade competente ou pela autoridade máxima do órgão ou entidade da Administração Pública do município de Uberlândia.

14.15. Instaurado o processo administrativo, a autoridade competente deverá emitir a notificação, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentarem defesa escrita, sendo facultado apresentar rol de eventuais provas que deseja produzir, de forma fundamentada, para deliberação da Comissão e exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

14.16. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, devendo-se observar as causas de interrupção e suspensão previstas no §4º do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.17. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14.18. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos no Decreto Municipal nº 18.389, de 9 de dezembro de 2019.

14.19. É admitida a reabilitação do condenado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e do art. 136 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

14.20. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.21. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

14.22. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

14.23. Na aplicação das penalidades serão observadas as circunstâncias previstas no §1º do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, conforme condições estabelecidas nos artigos 160 a 163 do Decreto Municipal nº 20.154/2023.

14.24. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o adjudicatário ou contratado infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante, sem afastamento da possibilidade de aplicação da pena de multa cumulativamente à sanção mais grave.

14.25. A aplicação das sanções administrativas previstas em Lei não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.26. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ou outros que vierem a substituí-los, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, na forma do art. 178 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

14.27. As demais regras de sanção estão detalhadas nos artigos 129 a 177 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. Além do previsto no Termo de Referência:

15.2. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

15.2.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

15.2.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

15.2.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

15.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

15.4.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.4.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.4.3. De indenizações e multas.

15.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme art. 131, *caput*, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

16.1. As partes deverão cumprir a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual deste exercício, na dotação abaixo discriminada: **17.01.17.122.0018.1.128.4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente – Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica.**

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 20.154, de 2023 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÕES

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

19.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

19.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

19.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 12.527, de 2011.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA ASSINATURA ELETRÔNICA

21.1. As partes expressamente concordam que este contrato poderá ser assinado digitalmente. Nessa hipótese, por força da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020 que fica desde já estabelecido que (i) será válida e plenamente eficaz qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei e (ii) ficam dispensadas as assinaturas das testemunhas quando a integridade das assinaturas das partes for conferida por provedor de assinaturas. A data de assinatura desse documento será a data em que a última assinatura digital ocorrer.

21.2. E por estarem plenamente acordes com todas as cláusulas e condições assinam as partes este instrumento assinado eletronicamente, para que produzam seus efeitos jurídicos, comprometendo-se a cumprir o presente tão inteira e fielmente como nele se contém.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FORO

22.1. Fica eleito o Foro deste Município de Uberlândia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

E por estarem plenamente de acordo com todas as cláusulas e condições assinam as partes este instrumento assinado eletronicamente, para que se produzam seus efeitos jurídicos, comprometendo-se a cumprir o presente tão inteira e fielmente como nele se contém.

Uberlândia, na data da assinatura eletrônica.

Nome Arquivo: 5. MINUTA DE CONTRATO.pdf

Documento assinado de forma digital por Luiz Henrique Ferreira de Athaydes

Certificado: **IBljANBg***wT9k79p/**/0qXI*****DAQAB**

Data: 09/06/2026 15:27:49

Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda

Certificado: **IBljANBg***vAxhEFr1**15B/J*****DAQAB**

Data: 09/06/2026 16:55:04



20261378577PA/PAG

Vistado de forma eletrônica por:

**NICHOLAS LINO VIEIRA MOTA - CHEFE
DMAE-DEP. MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
MAT.3220-4
Data: 09/06/2026 14:50:18**



20261378577PA/PAG